



O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Bom dia a todos e a todas.

Sras. e Srs. Deputados e Sras. e Srs. Senadores, é um prazer, novamente, darmos continuidade ao nosso trabalho aqui na Comissão Mista de Orçamento no que diz respeito à construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias em um momento em que há uma aflição e uma preocupação muito grande no Brasil inteiro com relação à questão fiscal. Estamos num momento de dificuldade econômica crescente, pois o País está com uma política de aumento de impostos, juros altos e inflação. Tudo isso se condiciona a uma perda de poder de compra, principalmente por parte da população. Há uma aflição muito grande dos trabalhadores, dos empresários e do povo brasileiro em como se vai buscar recursos para garantir as suas empresas, o seu sustento e a sua dignidade.

Nesse sentido, dentro da programação que fizemos, construímos exatamente um orçamento que seja o mais factível possível, o mais próximo da realidade possível, para que possa garantir a credibilidade necessária, fundamentalmente para a retomada dos investimentos. Acreditamos no fator indutor das políticas públicas, mas sabemos que essas políticas só se consolidam se houver segurança e credibilidade. E a peça mais importante do Parlamento para dar essa credibilidade para a governabilidade é exatamente o Orçamento do País.

Diante dessa preocupação, declaro iniciada a 9ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de atender o Requerimento nº 7, de 2023, da CMO, de minha autoria, aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, que incorporou o Requerimento nº 1, de 2023, da CMO, de autoria do Senador Laércio Oliveira, para, entre outros pedidos, discutir o novo arcabouço fiscal, sancionado no último mês.



Informo que a presente reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares, assim como convidados, participando de forma virtual através da plataforma Zoom.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos prorrogáveis para a sua exposição.

Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 256, § 5º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos.

Informo ainda que as apresentações dos palestrantes, quando houver, estarão disponíveis na página da Comissão.

A lista de inscrição para o debate está aberta aqui na mesa.

Como autor do Requerimento nº 7, solicitei a incorporação do Requerimento nº 1, de autoria do Senador Laércio Oliveira.

Antes de passar a palavra aos convidados, informo que o Sr. Henrique Meirelles, nosso ex-Ministro, enviou comunicado agradecendo o convite e informou que não poderia comparecer à reunião em virtude de outros compromissos inadiáveis.

Informo ainda que participarão virtualmente: o Sr. Rogério Ceron, Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; o Sr. Arminio Fraga, ex-Presidente do Banco Central; o Sr. Bráulio Borges, pesquisador-associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas; Sr. Jeferson Bittencourt, ex-Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Economia; o Sr. Rodrigo Soares, Professor do INSPER; o Deputado Claudio Cajado, Relator do PLP 93/23, que compõe a nossa Mesa, o nosso querido amigo, que fez um trabalho extraordinário



na construção do arcabouço fiscal; o Sr. Paulo Bijos, Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento; o Sr. Marcus Pestana, nosso ex-colega, admirável pelo seu trabalho nos tempos presentes aqui na Câmara dos Deputados, economista e ex-Secretário de Estado de Minas Gerais e Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente; a Sra. Ana Claudia Borges, Consultora de Orçamento do Senado Federal; e o Sr. Ricardo Volpe, Consultor de Orçamento aqui da Câmara de Deputados, que nos auxilia muito na construção dessa peça orçamentária.

Passo a palavra agora ao Sr. Arminio Fraga, ex-Presidente do Banco Central, a quem já agradeço pela participação nesse processo.

S.Sa. vai fazer a sua exposição de forma virtual e, posteriormente, daremos continuidade aos nossos trabalhos.

O SR. ARMINIO FRAGA - Bom dia.

Primeiro, não posso deixar de agradecer um convite tão honroso num momento tão importante para estar aqui em tão competente companhia. Várias das pessoas que vão falar aqui hoje são pessoas que eu acompanho e com quem aprendo muito.

Eu tenho um roteirinho curto, no espírito, eu acho, da Comissão, do debate. Mas antes eu queria aproveitar e me desculpar, porque eu não vou poder ficar até o final da reunião, em razão de um compromisso que tenho às 11 horas. Eventualmente, poderei ficar mais um pouquinho, mas infelizmente esse será o meu limite.

Eu queria hoje abordar três dimensões que são igualmente importantes na construção de um processo orçamentário que, aliás, vem sendo uma obra importante na nossa economia já há algumas décadas. Foi uma construção — e ainda é —, e eu vejo um caminho de contínuo progresso e aperfeiçoamento. Os três grandes blocos são: a macroeconomia, que aparece mais; depois, a produtividade da economia; e, por último, questões de equidade.



Eu começo pelo lado macro. No lado macro, nós temos tido, de uns anos para cá, uma tremenda dificuldade em observar os elementos básicos da responsabilidade fiscal. E é importante que se diga que a responsabilidade fiscal e a sustentabilidade do endividamento público não são um objetivo por si só. A sustentabilidade da dívida é parte necessária de um caminho para a prosperidade do nosso País, que há várias décadas tem tido dificuldade em crescer de forma sustentável e evitar grandes movimentos para trás. Nós tivemos duas das últimas quatro décadas com queda no PIB *per capita*, num País que deveria estar convergindo para os padrões de vida mais elevados do planeta.

O papel macroeconômico de um Orçamento arrumado começa pelo lado da incerteza. Esse vai e vem da economia é extremamente prejudicial ao espírito empreendedor, inovador, em todos os cantos da sociedade, das grandes empresas até o pequeno empreendedor de uma comunidade que opera no mercado informal. Um ambiente de grande incerteza é extremamente prejudicial. E nós, melhor do que ninguém, sabemos disso.

Portanto, com um Orçamento e uma política fiscal bem construídos, o Governo, o Estado, mantém ou recupera, no caso agora do momento em que estamos vivendo, a capacidade de fazer política anticíclica. Eu creio que não está muito distante na memória o que aconteceu em 2008, que foi aquela colossal crise global que atingiu o núcleo do sistema econômico. A economia americana parecia um desespero total, e o Brasil, naquele momento, tinha uma posição forte na área fiscal, pôde fazer política anticíclica, fez política anticíclica, e deu tudo certo.

Nesse contexto, é preciso ressaltar como tem sido importante, e foi importante, reagir à pandemia. Infelizmente, eu sou dos que acreditam que nós estamos caminhando para um ambiente cada vez mais complicado nessa área e é bom estarmos preparados para isso. E essa não foi a única pandemia, pois a ideia de que outras pandemias podem ocorrer é real. Há as grandes tensões geopolíticas do planeta também, bem como o desentendimento entre as duas



maiores economias do mundo. Tudo isso sugere que o País precisa ter capacidade para reagir a emergências de várias naturezas.

E, por último, mas não menos importante, uma situação fiscal arrumada é o pilar fundamental para a redução das taxas de juros, que é outra tarefa que nós temos. Isso não pode ser feito de maneira voluntarista. Nós já vimos o que acontece quando se faz esse tipo de experimento. Não dá para tapar o Sol com a peneira. Essa construção precisa ser feita.

Nesse sentido, para completar esse bloco macro, eu aplaudo a construção de um arcabouço fiscal. Parecia-me, logo depois das últimas eleições, que as nossas lideranças não estavam tão preocupadas com esse tema; muito pelo contrário, falavam dele às vezes até com raiva. Eu acho que essa virada, capitaneada pelo Ministério da Fazenda, com o apoio importante do Ministério do Planejamento também, foi extremamente bem-vinda. Eu já tive (*falha na transmissão*) no Congresso recentemente de comentar mais ou menos nessa linha.

Acrescento alguns pontos que, a meu ver, merecem atenção neste momento, no que diz respeito à área fiscal. São dois só.

O primeiro: a meu ver, falta um pouco de atenção ao gasto público, aos grandes blocos do gasto público. Eu tenho, nas ocasiões em que me permitem manifestar a minha opinião, externado a ideia de que hoje nos falta, eu diria, prioridade sobretudo. Além disso, acho que há desconhecimento dos grandes desequilíbrios que em algum momento vão ter que ser encarados. Eles incluem revisitar o tema da Previdência. As tendências dos números na Previdência são horrorosas. Não dá para esconder isso.

Também há questões que, a meu ver, perpassam os três blocos que eu estou propondo aqui para os senhores, em 10 minutos, que, eu repito, são macro. Nós estamos falando de não haver instabilidade, de haver juros mais baixos etc., de produtividade, que é o meu próximo tema — e não vou entrar nisto —, e das questões de natureza social e distributiva, vamos chamar assim. Então, repetindo,



o que eu acho que falta é mais ênfase ao gasto. Nós estamos fazendo um ajuste muito voltado para a arrecadação, e esse desequilíbrio, a meu ver, precisa ser corrigido.

Em segundo lugar, as metas definidas em conjunto, pelo Executivo e pelo Congresso, são muito, a meu ver, apertadas para cumprir, eu sei, mas ao mesmo tempo elas não deixam qualquer margem de segurança. É bom falar em déficit zero, mas nós não podemos nos esquecer de que estamos falando de déficit primário zero, se acontecer, porque não vai ser fácil. Em acontecendo, com muita receita não recorrente, o déficit geral do Governo vai continuar positivo, vai ser um déficit grande ainda, e a dívida vai subir. Isso me parece, infelizmente, um risco que nós não deveríamos correr. Então, isso casa.

Rapidamente vou falar sobre os outros dois pontos.

Produtividade. É muito claro e acho que é básico que um orçamento tem missões importantes. Dentre elas eu destacaria, neste momento, a de planejar. Eu sou uma pessoa liberal, mas isso não significa que eu e outros liberais somos contra planejar. Quem é contra planejar é bagunceiro. Isso não tem nada a ver com planejamento soviético, nada a ver. As empresas planejam, e todo o mundo tem que olhar para a frente, tem que ter horizonte para trabalhar. Eu acho que o Orçamento vem dando sinais positivos nessa área. Há sinalização de que elementos plurianuais vão ganhar destaque. Isso é muito bom.

Eu penso que é fundamental também alocar melhor, vamos dizer assim, o escasso capital público que nós temos. Isso também vem tendo destaque nos trabalhos, sobretudo do Ministério do Planejamento. É fundamental, na minha opinião, avaliar tudo o que se faz, é fundamental aprender com os erros, mas também é fundamental aprender com os acertos. Eu acho que nós aqui temos nos esquecido de ambos, ao longo da nossa história — isso não é coisa deste momento só, não.

Por último — e isto está em outro Ministério, no Ministério da Gestão —, falta construir uma área de recursos humanos do Estado mais adequada às nossas



necessidades, que seja complementar a esse processo de avaliação e aprimoramento do funcionamento do Estado brasileiro.

Por último, o enorme tema da equidade — e eu já me alonguei demais. O tema da equidade, a meu ver, casa com a minha avaliação de que nos falta foco nas grandes prioridades, de que nos falta definir melhor as grandes prioridades da Nação, os projetos de nação, focá-los e sair um pouco do dia a dia da política, que, obviamente, é de extraordinária importância — ninguém pode ser contra isso —, mas porque eu acho que falta uma visão mais estratégica. Nós temos essa visão de baixo para cima, vamos chamá-la assim, desenvolvida. Ela é bastante importante, vibrante no Brasil — e às vezes até demais —, mas eu acho que falta isso.

Eu vejo que, no que diz respeito à equidade, o meu último tema, nós temos que ter um foco estratégico de longo prazo, tanto no lado assistencial, que sofreu agora, recentemente, eu diria, uma ameaça tola — mexer naquilo, a meu ver, não faria o menor sentido; não é uma área, a meu ver, que deveria estar exposta a tentações políticas, vamos dizer assim —, quanto no que diz respeito à mobilidade social, que, a meu ver, é algo que casa os três objetivos, os três grandes temas do Orçamento. É oportunidade para as pessoas. Nós precisamos ir além das políticas de combate à pobreza extrema, que são importantíssimas, que têm sido um sucesso neste País. Eu acho que o Orçamento tem que priorizar isso também, de uma maneira mais estratégica.

Bem, isso era o que eu tinha a dizer. Acho que eu me alonguei um pouco. Agradeço. Vou permanecer aqui o maior tempo que puder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, ex-Presidente do Banco Central Arminio Fraga.

Tem a palavra agora o Sr. Rogério Ceron, Secretário do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, por 10 minutos.

O SR. ROGÉRIO CERON - Bom dia a todos.



Na figura do nobre Relator, Deputado Danilo Forte, cumprimento todos os Parlamentares da Casa.

Cumprimento o Deputado Claudio Cajado, que foi um grande parceiro na construção e aprovação do arcabouço fiscal, do novo marco fiscal sustentável. Meus cumprimentos.

Cumprimento o famigerado Arminio Fraga, ex-Presidente do Banco Central e grande especialista em finanças públicas, em economia, que tem dado contribuições ao País ao longo de muito tempo. Meus cumprimentos. Já o parabênico pelas ponderações, pelas colocações que buscou de fato agregar ao debate de forma construtiva.

Eu vou tentar pegar o gancho das palavras do Arminio Fraga para fazer as minhas colocações. Também vou trabalhar os três eixos — a macroeconomia, a produtividade e a equidade —, porque eu acho que eles são uma feliz ponte para esta discussão sobre o arcabouço. Compartilhando da visão do ex-Presidente do Banco Central Arminio Fraga, concordo que a estabilidade e/ou a retirada da incerteza do ambiente econômico é muito importante para a retomada dos investimentos privados, para a ativação econômica mais sustentável.

Nisso, sem dúvida, a questão fiscal se coloca como um ponto importante. O novo marco fiscal sustentável veio nessa linha de trazer, como sempre comentei, quando tive oportunidade, o conceito de estabilidade e previsibilidade e de atenuar a volatilidade, que é natural dos ciclos econômicos. Então, é preciso trabalhar também instrumentos anticíclicos para que tenhamos um País um pouco mais estável, mais previsível. Se conseguirmos caminhar nessa direção, nosso entendimento é o de que isso vai trazer efeitos positivos e mais sustentáveis para o ambiente macroeconômico ao longo do tempo. Isso ajuda os agentes a organizarem e a planejarem de forma mais adequada os seus investimentos e as suas alocações de recursos.

O marco fiscal que foi construído prevê isso. Ele prevê, primeiro, a continuidade de uma limitação para o gasto público — isso é importante deixar



claro —, ele vai variar, em termos reais, de 0,6% a 2,5%. Por um lado, os 2,5% estão, mais ou menos, em linha com o crescimento histórico da economia brasileira de longo prazo, o que significa, ainda que se cresça ali próximo de 2,5%, que não se vai ampliar o tamanho do Estado em relação à economia no médio e longo prazo. Por outro lado, 0,6% também traz um piso que está, mais ou menos, próximo ao crescimento vegetativo da população. Então, se manteria também ali um piso, uma estabilidade no gasto *per capita*, o que também traz tanto para baixo quanto para cima e atenua, em alguma medida, o caráter pró-cíclico da política fiscal. Portanto, acaba havendo uma atenuação anticíclica em momentos de diferentes ciclos econômicos.

Acho que esse é o primeiro aspecto importante do arcabouço. Ou seja, continua existindo um limite para o gasto público e ele tem um pouco dessa maleabilidade para se associar a diferentes ciclos econômicos e ter uma capacidade de reação em determinados momentos, como bem comentou o caro Arminio Fraga. Por outro lado, ele está associado à receita. Também ele só vai poder crescer em determinado percentual em relação à receita. Partindo dali, ele vai crescer 70% da variação verificada nos 12 meses encerrados em junho do ano anterior. São 12 meses encerrados em junho do ano da elaboração da proposta orçamentária. Então, a despesa real só pode crescer 70% da variação da receita real. Isso é uma forma de, gradativamente, criar um espaço, uma recuperação do resultado fiscal.

Bom, esses dois aspectos preenchem o cerne do que é o arcabouço fiscal. A regra fiscal posta está muito associada a esse conceito, a esses dois pilares. Então, introduz-se novamente, para manter essa relação entre três variáveis-chave, base para a política fiscal — que são a receita pública, a despesa pública e o resultado primário no final do dia —, e voltar a ter uma relevância o resultado para as metas fiscais e colaborar com essa busca pela estabilização da trajetória da dívida. Isso, ao final do dia, é o que importa, é o que garante que não haverá um cenário de crescimento da agenda explosiva, que é tudo o que se quer evitar.



É importante deixar claro que o resultado primário não é o cerne do arcabouço. Ele é um elemento a mais dentro do arcabouço. Independentemente da meta de resultado primário estabelecida, essa relação entre despesa e receita — e a despesa crescendo sempre menos do que a receita — vai criando um crescimento do resultado fiscal ao longo do tempo ou uma recuperação desse resultado fiscal, seja qual for o patamar em que estiver.

A equipe econômica optou por estabelecer uma meta de resultado primário um pouco mais agressiva para intensificar esse processo de ajuste, como bem disse o ex-Presidente. Além de voltar a equilibrar o orçamento, é importante, ainda, pois a geração de superávit de fato garante uma compatibilidade entre os gastos e encargos da dívida, que, obviamente, também depende das taxas de juros para garantir uma trajetória estável ao longo do tempo.

Com as metas que foram estabelecidas, se elas forem cumpridas, ainda que no seu piso, elas tendem a colaborar muito com esse processo de ajuste. Como já foi mencionado, há também um movimento por parte da equipe econômica de tentar recompor a base fiscal para que haja receitas recorrentes ao longo do tempo que, de fato, garantam sustentabilidade ao longo do tempo.

Nesse primeiro aspecto, o novo marco fiscal tem uma importância fundamental para a estabilidade macroeconômica. Eu acho que é inequívoco que a existência dele, por si só, em nosso ordenamento jurídico, em nosso aparato institucional relacionado à política fiscal, já trouxe uma atenuação dessa incerteza futura. Já há um ambiente em que o famoso risco de cauda deixou de ser discutido. A discussão é sobre quando essa trajetória se estabiliza e em qual patamar. No aspecto macroeconômico, já é um avanço importante em relação às discussões que nós tínhamos de forma pretérita.

Ao ter essa estabilidade, quanto mais nós conseguirmos avançar nessa agenda — e nós temos tido bastante avanço com o apoio fundamental do Congresso Nacional —, vai se gerando um cenário macroeconômico melhor com



a retomada de investimento e, por consequência, um crescimento mais sustentável.

A linha da produtividade também é fundamental, e aqui nós temos a reforma tributária, com uma discussão que está em curso e que vai trazer um grande benefício em termos de produtividade.

Como bem mencionou o Arminio Fraga, os instrumentos mais modernos de alocação do capital público, como PPPs e concessões, permitem não só uma alocação mais eficiente, mas também uma garantia de um cuidado com esse serviço e com essa infraestrutura. Garantem a manutenção desse investimento ao longo do tempo, para que possamos fugir do clássico que já aconteceu algumas vezes no País, que é investir 2 anos, 3 anos, 4 anos e, depois, sem a manutenção adequada daquela infraestrutura, perder um importante capital público alocado naquela infraestrutura.

Esses mecanismos mais modernos garantem um uso melhor do capital existente para investimentos públicos e garantem a continuidade dessa infraestrutura nos serviços ao longo do tempo com um patamar de qualidade em que nós acreditamos muito. Funcionam também como um mecanismo de aprimoramento da produtividade do capital público.

Por fim, a produtividade tem a ver com os nossos recursos humanos, por isso o investimento em educação é fundamental. Lembro que está em curso um processo muito forte de ampliação dos recursos para a educação. O FUNDEB vem em um processo de expansão significativo, que ainda vai continuar, está contratado até 2026. Essa expansão vai prover um incremento, ao longo de um horizonte de quatro anos, de mais de 40% nos recursos da educação. E é preciso que ele seja bem utilizado para que formemos as nossas crianças e os nossos jovens de forma mais adequada, para que a nossa economia seja mais produtiva e faça melhor uso dos recursos.

Por fim, para não me alongar nessa introdução, quero falar sobre a questão da equidade. E aqui é uma questão social, sem dúvida. Precisamos não só criar



um País com crescimento econômico mais sustentável, com previsibilidade, estabilidade, e toda essa discussão fiscal ajuda muito nesse processo. Mas ele não é um fim em si mesmo, como também mencionou o ex-Presidente, ele é a base para uma outra busca, que é a do crescimento sustentável com equidade social, com a busca por um País mais igualitário. Só assim nós vamos seguir realmente de forma mais sustentável.

Eu gostaria de trazer à baila uma informação relevante de algo que também está sendo feito no País. Foi feito um esforço muito grande de ampliação dos recursos para o atendimento do Bolsa Família, isso é inegável, é um esforço muito significativo que vai ajudar muito no combate à extrema pobreza. E ontem saiu uma pesquisa reportada pela *BBC* com um raio X do Programa Bolsa Família ao longo de 15 anos, mostrando que, dentre as crianças e jovens atendidas em 2005 pelo programa, 64% hoje não estão mais no Cadastro Único nem são beneficiárias do Bolsa Família. Ou seja, elas encontraram um caminho de saída.

É claro que isso é um raio X, não estamos trazendo as questões de causalidades necessárias aqui, mas é um indício muito importante do impacto que uma política pública pode ter na superação da pobreza em um País como o nosso. É um dado muito relevante que foi publicado ontem e tem um pouco dessa linha.

Nós estamos buscando uma situação fiscal mais estável e equilibrada, com uma macroeconomia mais previsível pela frente. O arcabouço fiscal, o novo marco sustentável é peça fundamental para garantir esse crescimento da despesa de forma controlada, proporcional ao crescimento dos diferentes ciclos econômicos, à receita pública disponível, o que garante um macroeconômico mais estável e uma economia mais sustentável.

Mas precisamos ter ganhos de produtividade e para isso a educação é fundamental. Precisamos, sem dúvida, de instrumentos mais modernos de gestão pública — como as concessões e PPPs que eu mencionei aqui —, além de investimentos em educação. E já está sendo feito um esforço muito grande na



alocação de recursos públicos para isso. Isso vai criando as bases que, se bem utilizadas, criarão um futuro muito melhor.

Por fim, a questão da equidade, o investimento na política do Bolsa Família, de assistência social, para permitir que as nossas crianças e os nossos jovens tenham uma saída lá na frente, com a volta das condicionalidades e a exigência da matrícula e do ensino regular para essas crianças. Esses pilares vão ser muito importantes para construirmos um caminho melhor para todo mundo.

Feitas essas considerações iniciais, eu estou muito honrado em poder participar e contribuir. E fico aqui à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Sr. Rogério Ceron. Foi muito importante a sua participação.

Eu acho que, pela temática e para o debate ficar melhor, nós podemos mesclar um pouco entre aqueles que têm uma visão mais voltada à política com aqueles com um lado técnico, até porque as preocupações com a formatação desse orçamento, todo mundo sabe que é um momento importante da conjuntura econômica e política do Brasil, tornam necessário que o debate tenha mais vivacidade.

Seguindo essa temática, o nosso Relator do arcabouço já está inquieto para fazer algumas ponderações que possam acirrar o debate e não ficar uma linguagem muito uniforme.

Então eu passo a palavra ao nosso Relator Claudio Cajado para que ele possa abrir o questionamento, e os próximos oradores já possam também ter um balizamento melhor tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista político que a conjuntura nos exige.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Bom dia a todos aqui presentes.

Quero cumprimentar, inicialmente, o nosso querido e competente Deputado Danilo Forte, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujos elogios eu devolvo em dobro porque S.Exa. sempre foi uma inspiração e, mais do que isso, sempre



foi uma fonte inesgotável de sabedoria, de que todos nós, simples mortais, bebemos constantemente.

Quero aqui cumprimentar o nosso querido membro da Mesa Paulo Bijos. É um prazer, Paulo, estar aqui com você de novo.

Quero cumprimentar o Deputado Marcus Pestana e cumprimentar o nosso Ricardo Volpe, que me deu a honra e alegria de poder, ao lado do Eugenio e do Wagner, que aqui estão presentes, coescrever a nossa relatoria e o parecer do arcabouço fiscal, que eu considero o regime fiscal sustentável.

Quero cumprimentar a Ana Claudia, também aqui na Mesa, cumprimentar o Walbinson, o nosso Secretário da CMO, e cumprimentar o Arminio Fraga, o nosso querido ex-Presidente do Banco Central.

Quero cumprimentar o Ceron e, na sua pessoa, cumprimentar o Ministro Haddad e toda a equipe do Ministério da Fazenda.

Quero cumprimentar todos os colegas Deputados e Deputadas aqui presentes, na figura do Líder Zarattini.

Eu tenho dito sempre que o mais difícil está para ser feito agora, porque o grande desafio que se apresenta pós-votação do regime fiscal sustentável é o Governo colocar algo em torno de 170 bilhões de reais de recursos dentro do caixa, dando sustentabilidade, longevidade e, principalmente, confiabilidade ao regime fiscal. Esse é o grande desafio do Governo.

No ano que vem, nós temos como meta zerar o déficit e, a partir de 2025, de forma crescente, termos superávit de 0,5% a cada ano. Esse é um desafio que eu acredito que possa ser feito, mas não posso também deixar de reconhecer que o Governo hoje está muito dividido: uma ala concorda com o Ministro Haddad, outra ala tende a fazer com que os gastos aumentem sem que as receitas estejam asseguradas. Isso, Deputado Danilo, é um perigo a partir do momento em que você não respeita o regime fiscal e coloca em dúvida o atingimento da meta.

Nós estamos aí com o Orçamento para ser votado e a LDO agora, previamente ao Orçamento. Obviamente, com os recursos que estão previstos de



investimentos, em especial o PAC, recursos orçamentários, em especial PPPs e concessões, se você compromete o resultado fiscal, você cria uma insegurança para os investimentos e para os investidores. Isso significa que, a partir do momento em que houver dúvida sobre o controle das despesas e da trajetória da dívida — conceitos esses que estão amplamente amparados no regime fiscal —, você passa a ter problemas no investimento. Por conta de quê? Por conta da situação que possa se apresentar de volta da inflação, Risco Brasil mais acentuado, recursos que poderão levar em consideração que o Risco Brasil aumente e, conseqüentemente, haja fuga de investimentos e de investidores.

Era essa a situação em que nós estávamos no primeiro semestre deste ano. A partir do momento em que a Câmara votou o regime fiscal, votou a reforma tributária e fez uma pauta econômica importante, o cenário mudou. E é esse cenário que nós queremos preservar. E, se houver algo que venha a comprometer o resultado das metas fiscais, isso poderá trazer um grave prejuízo ao futuro, em especial aos investimentos que o Governo deseja fazer e que estão contidos na peça orçamentária que nós iremos aqui, em pouco tempo, votar.

Daí por que a LDO tem uma importância fundamental de criar os parâmetros e fortalecer o marco fiscal, através das projeções dessas metas que estão contidas no regime fiscal e que estarão amparadas na LDO, e fazer com que nós não nos afastemos do que votamos no regime fiscal sustentável, no arcabouço fiscal. Isso é fundamental! E, para isso, o Congresso fará a sua parte, dando seqüência às votações que ensejem o recrudescimento das receitas que, no meu caso especificamente, não acarretem aumento de alíquota de imposto.

Isso é diferente de carga tributária, Deputado Danilo, porque nós vamos ter aumento da carga tributária em função de o Governo passar a cobrar de quem não paga. Eu acho isso justo. Há a questão dos *sites* chineses, a questão dos jogos eletrônicos, que não são taxados, a precificação dos produtos de exportação, a questão do CARF. Então, são fatores que nós discutimos amplamente no regime fiscal e que agora terão seqüência, como já estão tendo,



dentro do Congresso, para que o Governo tenha as condições de cobrar e dar eficiência à sua máquina arrecadatória e colocar os recursos fundamentais e indispensáveis no caixa, dando sustentabilidade ao regime fiscal.

Isso vai dar segurança ao Governo, vai dar segurança para que nós discutamos, como faremos nessa audiência pública que o Deputado Danilo Forte, como Relator da LDO, promove, e vai dar cada vez mais abrangência, para que, quando votarmos a LDO e o Orçamento, estejamos em consonância com o espírito do regime fiscal. Se nós nos distanciarmos dele, não tenha dúvida de que construiremos ou teremos construído um castelo de cartas ou de areia, tudo vai se dissipar. E, a partir daí, é muito mais difícil.

Pegamos um cenário no início do ano, no primeiro semestre, e mudamos esse cenário: o Risco Brasil tornou-se estável e saiu daquela condição de perigo incipiente em termos de não investimentos, a inflação baixou, o dólar baixou, os investimentos estão voltando e principalmente os juros futuros, que fazem com que os investimentos possam ser feitos no presente. Ora, todos esses cenários foram oriundos do que nós acabamos aqui de dizer. Se não dermos sequência para que, nesse segundo semestre, o Governo tenha condições de promover o que o Ministro Haddad deseja, através de sua equipe — e aqui nós estamos amplamente conscientes da força necessária que o Governo terá que dispensar para atingir esses objetivos —, se uma parte do Governo navega e rema para um lado e outra parte do Governo rema para o outro, isso me preocupa.

E eu quero dizer que acredito que o Governo, principalmente com as colocações que têm sido feitas pelo Ministro Haddad, tem condições de conseguir dar essa sustentação ao regime fiscal. O que me preocupa, repito, são os gastos sem previsão de receita. Fazer, como nós fizemos, despesas condicionadas àquele valor que nós prevemos, ou prevíamos, em relação à diferença do IPCA é perfeitamente aceitável. Era matéria do arcabouço? Não era, mas é matéria da LDO. E já chegaram aqui as informações, através de ofício do Governo, de quais seriam essas despesas condicionadas. Se vão permanecer ou não, a discussão



será feita no Plenário do Congresso Nacional e nesta Comissão de Orçamento. Porém, isso está correto.

O que nós temos que levar em consideração, Deputado Bohn Gass, são as condições com as quais o Governo vai focar de forma determinada o atingimento do resultado de zerar o déficit no ano que vem. E nós vamos acompanhar. O mercado está acompanhando. Nós Parlamentares que somos afetos a essa questão orçamentária estamos acompanhando. Mas me preocupa quando o Governo cria despesas sem que a receita esteja assegurada. Isso é muito temerário e já está acontecendo, aconteceu no semestre passado, e eu espero que daqui por diante não venha a ocorrer, porque isso é uma sinalização negativa.

Então, já vi que meu tempo chegou. O Deputado Mauro Benevides, nosso professor e mestre dos bons discípulos, colaborará com o debate.

E eu quero dizer que continuo à disposição para continuarmos conversando, discutindo essa matéria. Não tenho dúvida de que, pela votação expressiva que nós tivemos aqui na Câmara, tanto no primeiro quanto no segundo momento, após o Senado ter feito as alterações — inclusive, agradeço muito aos Parlamentares, só mantivemos uma única alteração, que não foi da minha vontade, mas eu vinha dizendo, desde o início, que o projeto tramitou no Senado e retornou à Câmara e que eu não faria cavalo de batalha se essa fosse a decisão dos Líderes partidários. Portanto, eu compartilhei com os Líderes a alteração que nós absorvemos do Senado, que foi excluir da base de despesas o Fundo Constitucional do Distrito Federal e o FUNDEB.

Repito, não haveria prejuízo algum para esses dois fundos, porém, me submeti, pela perseguição ao consenso, para que essa matéria pudesse ser concluída, a aceitar essa emenda, inclusive prestigiando o Senado Federal, que teve todas as prerrogativas e competência de alterar aquilo que acharam conveniente. Das alterações formuladas e feitas, essa nós aceitamos e o relatório ficou como nós votamos aqui na Câmara, ou seja, 99,9% da forma como os Deputados assim desejaram.



Então, eu agradeço ao Deputado Danilo Forte e aos que participaram desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Muito obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Esse era realmente o intuito ao colocar uma modificação na ordem dos palestrantes, exatamente para que pudéssemos ter um debate mais vivo sobre a grande condicionante que está sendo colocada, que é o grande questionamento do Orçamento de 2024, ou seja, como condicionar algo em que ainda não se tem segurança do que vai acontecer do ponto de vista fiscal com o País.

Então, eu acho que essa preocupação do nosso Relator do arcabouço fiscal, Deputado Claudio Cajado, permeia fundamentalmente o debate agora na construção desta LDO, que é exatamente materializar esse arcabouço e para isso precisamos construir com segurança e seriedade.

Eu passo a palavra agora ao próximo orador, Dr. Paulo Bijos, Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, que pode, inclusive, já nos tranquilizar com relação a esse questionamento.

O SR. PAULO BIJOS - Muito bom dia a todos.

Inicialmente, gostaria de salientar que me sinto muito honrado em retornar a esta Casa, para este evento, para debater um tema tão relevante para o País, que é o regime fiscal sustentável, também conhecido como novo arcabouço, que é um elemento novo da arquitetura fiscal do Estado brasileiro, que tem evoluído a passos largos, a meu ver, ao longo dos anos com a criação de elementos novos, a exemplo da Instituição Fiscal Independente, no seio do Legislativo, dessa nova regra de controle do ritmo de crescimento de despesa, entre outros elementos.

Gostaria de cumprimentar inicialmente os ilustres Deputados Danilo Forte, Claudio Cajado, que estiveram na relatoria do novo arcabouço e agora estão na relatoria do PLDO, assim como os demais Relatores, demais autoridades, colegas da Consultoria de Orçamento da Câmara e do Senado.



Eu pretendo ser bastante breve na minha exposição. Acho que a escolha dos expositores — cumprimentando-os agora também — foi bastante feliz, no sentido de poder propiciar diferentes leituras, diferentes graus de entendimento sobre essa importante matéria com a bem-vinda vivacidade, tecnicidade e por aí vai. A minha contribuição é bastante modesta. Pretendo ser breve e pontuar apenas alguns elementos que são do ponto de vista mais particular do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Então, inicialmente, eu gostaria de recapitular brevemente a evolução desse processo. Acho que foi um processo muito saudável, muito feliz, democraticamente muito rico. A proposta formulada dentro do Executivo envolveu discussões riquíssimas protagonizadas pela Fazenda, com a contribuição de diversos atores, como o Ministério do Planejamento. E aqui no Congresso Nacional contou com importantíssimos aperfeiçoamentos no projeto, sob a relatoria do Deputado Claudio Cajado e da sua competente equipe técnica das Consultorias de Orçamento, entre outros. Então, foi uma felicidade testemunhar esse processo, viver esse momento histórico e acho que a conquista foi grande. Tivemos a consolidação de alguns consensos. Havia no início a discussão sobre qual a variável a ser controlada ou qual a melhor variável, se dívida ou se despesa, e consolidou-se o entendimento de que é a despesa primária, porque é a variável sob controle do Governo.

Há um aspecto importantíssimo para o Parlamento a ser ressaltado, mais do que nunca elevou-se o *status* do instituto do orçamento público, esse instituto civilizatório. Agora o controle do limite da despesa é puramente orçamentário. Havia um componente orçamentário e financeiro no modelo anterior que gerava alguns ruídos desnecessários. Agora acho que consolida-se o entendimento de que o orçamento público é um instrumento sério, *ex-ante*. De antemão, a peça orçamentária formulada deve observar limites muito claros em relação ao ritmo de crescimento de despesa. E com várias novidades interessantes, a exemplo do sistema de incentivos que se criou. Há bandas de flutuação agora para a meta de



primário que trazem mais realismo a esse modelo. Há sistema de incentivos: se a meta for superada, há uma bonificação para investimentos. Se a meta for frustrada, há consequências, os chamados gatilhos, que se aplicam em exercícios futuros.

Então, acho que tudo isso foi muito bem construído e formulado, visando à perenidade desse modelo, que também conta, como foi bem pontuado nas brilhantes falas anteriores, com esse componente anticíclico. Acho que é uma novidade muito feliz desse modelo crescer não menos, em termos reais, que 0,6%, e não mais que 2,5%. O PLOA para 2024, por exemplo, tem implícito um crescimento de 1,7%. Então, hoje existe uma clareza para todos, para a sociedade, que operamos sob balizas anticíclicas muito bem definidas, e esse é um elemento importantíssimo.

Contrafactualmente, se pensássemos no que ocorreria na ausência de uma parametrização dessa natureza, veríamos que o nível de incerteza sobre orçamentos futuros seria muito maior. Então, isso traz previsibilidade: até quanto a despesa pode crescer? Sempre não mais que 2,5%.

Entre os aperfeiçoamentos trazidos pelo trabalho do eminente Relator Claudio Cajado e sua equipe, eu destacaria talvez um ponto alto do relatório. Havia uma falta de clareza metodológica sobre o que deve estar dentro e o que deve estar fora de um limite. Muito bem construído, o relatório cita quatro elementos que não estavam nem consolidados na própria literatura especializada: transitoriedade, neutralidade, sazonalidade e excepcionalidade. Quando atendidos esses quesitos, uma determinada despesa poderia ficar dentro ou fora do limite.

Se tivermos, para sermos concretos, um grande avanço, foi esse quesito da neutralidade. Não faria o menor sentido, a meu ver — acho que isso foi um consenso —, que doações ficassem sujeitas à amarra de um limite de despesa, já que ela é neutra do ponto de vista fiscal. Então, temos enormes avanços nesse modelo que merecem ser celebrados.



E, Deputado Cajado, gostaria de pontuar entre as conquistas e avanços do seu relatório que nós chegamos ao final com um modelo que é potente do ponto de vista fiscal. Nem sempre esse número é comunicado, mas, quanto à sua abrangência, o novo regime fiscal sustentável no PLOA 2024 atingiu a potência de 96%. O que isso quer dizer? Que ele abrangeu 96% da despesa primária orçamentária. Então, o alcance é muito grande. Acho que isso mostra a robustez do modelo que foi aprovado aqui no Parlamento.

Dito isso, vou trazer apenas um pouco das contribuições que o Ministério do Planejamento pode trazer com vista à perenidade dessa nova regra. Nós temos, entre outros, dois componentes de um grande projeto de modernização orçamentária que está sendo conduzido no Ministério sob a liderança da Ministra Simone Tebet. São eles a orçamentação de médio prazo e a revisão do gasto público.

Pensemos numa regra de despesa isolada. Ela não tem sustentação se não tiver essas duas outras pernas. Por quê? A orçamentação de médio prazo vai nos ajudar a ter maior clareza sobre o espaço fiscal futuro que teremos, por exemplo, para despesas discricionárias. E teremos melhores condições de subsidiar as decisões alocativas analisando, por exemplo, quanto uma decisão presente de aumento de gasto corrente poderá consumir de espaço futuro, daqui a 3 anos, 4 anos, para investimentos prioritários para o País. O que nós pretendemos é superar, então, a famigerada miopia alocativa, tão presente historicamente nos processos orçamentários não só no Brasil como também no mundo, e nos alinhar, com isso, às melhores práticas internacionais.

O segundo componente é o da revisão do gasto, popularizado como *spending review*. Essa agenda também dialoga intimamente com a ideia de espaço fiscal, no intuito de termos capacidade de oxigenar o ciclo orçamentário anual discutindo a chamada base orçamentária que se carrega de um ano para outro inercial e acriticamente. Esse problema é apontado pela literatura especializada, Prof. Mauro Benevides, como desatenção à base orçamentária. O



processo orçamentário usualmente dedica uma atenção excessiva ao novo gasto e pouca atenção ao gasto que se carrega do passado. Essa é a essência da agenda da revisão do gasto, do *spending review*.

É importante dizer que o novo arcabouço fiscal também traz as digitais dessas duas agendas, que elevam o *status* do processo orçamentário brasileiro. Está prevista já no novo arcabouço uma entrega, para 15 de abril do ano que vem, em relação à agenda da revisão de gasto, Relator Danilo Forte, porque no próximo PLDO, para 2025, vai ser necessário que apontemos, quando couber, as estimativas de impacto fiscal decorrentes da atividade de avaliação de políticas públicas.

Acho que, em resumo, é isso. Pretendemos dar a nossa dose de contribuição no âmbito do Ministério do Planejamento, visando o sucesso dessa nova regra fiscal para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Sr. Paulo Bijos, pela apresentação.

Agora, com a palavra este tão querido amigo, que deixou saudades aqui na nossa Casa, um grande conhecedor do assunto, Prof. Marcus Pestana.

O SR. MARCUS PESTANA - Bom dia a todos.

Eu queria agradecer, em nome da Instituição Fiscal Independente, o convite da Comissão Mista de Orçamento. Cumprimento meus ex-colegas de Parlamento, Danilo Forte, Claudio Cajado, Mauro Benevides, Bohn Gass, Zarattini, José Rocha e todos os outros Deputados aqui presentes, bem como o Secretário Rogério Ceron, o Paulo Bijos, que vem liderando esse processo de construção do novo regime fiscal no presente Governo, a competente assessoria da CMO, o Ricardo Volpe, a Ana Claudia Borges, aqui presentes — eu fui Relator da LDO em 2017, convivi com essa competente assessoria da Câmara e do Senado —, e todos os que nos acompanham pela *TV Câmara*, pela *TV Senado* e pela Internet. É um prazer estar aqui discutindo tema tão fundamental.



Caro Presidente desta sessão, Deputado Danilo Forte, ao discutirmos o arcabouço fiscal, nós estamos discutindo, de certa forma, o PLOA 2024, que é o primeiro filho. Quer dizer, o arcabouço já gerou seu primeiro filho e seu primeiro teste.

Eu queria dizer, de pronto, para quem quiser se aprofundar na visão da Instituição Fiscal Independente, que no nosso *site* há a Nota Técnica nº 52, de 7 de junho de 2023, escrita pelos economistas Vilma Pinto e Alexandre Andrade, que nela fazem uma análise exaustiva do novo arcabouço fiscal.

Mas eu queria, em linha com o que já foi falado, introduzir uma pergunta fundamental para o leigo, para o jornalista, para o estudante de economia, para o cidadão que nos acompanha: faz ou não sentido ter uma âncora fiscal? Isso é uma excentricidade teórica, é uma idiosincrasia ideológica?

Por mais que isto não seja pacífico totalmente na literatura — toda a segunda metade do século XX foi tomada pelo confronto entre neoclássicos e o pensamento keynesiano, e no século XXI já vivemos várias crises fiscais mundo afora —, hoje, depois da experiência, inclusive recente, da nossa recessão de 2014 a 2017, embora remanesça uma discussão teórica sobre a possibilidade de convivência com déficits fiscais e os limites ou não do endividamento público, embora remanesça alguma polêmica, há um razoável consenso político e teórico sobre o fato de que o descontrole fiscal resulta em inflação, juros altos, recessão, desemprego e aumento recorrente e crônico da dívida. E isso traz consequências.

Nós temos um país que, no espaço de 2014 a 2021, acumulou déficits primários. Houve um superávit eventual em 2022. Agora, devemos fechar 2023 com um déficit de 1,4% do PIB, superior a 140 bilhões de reais. Então, a nossa trajetória recente é deficitária.

Ao abrir déficits, gastar mais do que se arrecada, o Tesouro tem que se financiar, o Governo tem que se financiar. E, para isso, ele tem que recorrer ao lançamento de títulos. O Brasil tem um razoável histórico ruim. Já houve moratórias no passado. Há uma quebra permanente de regra fiscal, revisões,



excepcionalizações, revisão de meta. Isso vai quebrando um elemento fundamental, que são a credibilidade e a confiança. A dívida brasileira deve fechar este ano em torno de 76% ou 77% do PIB. É muito ou pouco? O Japão tem mais de 200%; os Estados Unidos, 120%. A questão são as condições de financiamento, o prêmio que é cobrado e os prazos que são obtidos. O perfil da dívida brasileira é muito pior que o desses países que têm uma relação dívida/PIB maior.

Então, a âncora fiscal faz sentido por disciplinar o gasto público, por inibir o impulso natural da gastança. E todos os países no mundo têm regras fiscais. A União Europeia tem limites físicos de déficit nominal, de expansão de despesas, de expansão da dívida. Os Estados Unidos viveram uma crise política recente, e hoje o Parlamento americano tem que autorizar o aumento do endividamento para cobrir déficits fiscais. Quase houve um impasse, quase se caminhou para um *default*, um *shutdown* — a paralisia da máquina. Então, não é uma característica só brasileira a necessidade de uma ancoragem fiscal.

E nós temos uma abundante legislação, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a regra de ouro, as LDOs, as leis orçamentárias e agora também o arcabouço fiscal que esta Casa aprovou, que o Congresso Nacional aprovou, com a brilhante condução do Relator Claudio Cajado, que eu acompanhei de perto.

O teto de gastos foi aprovado em dezembro de 2016. Dadas as circunstâncias, inclusive a pandemia que vivemos e que obrigou um orçamento quase de guerra, um orçamento excepcional, o teto de gastos se esgotou como instrumento de controle das finanças públicas. Mas isso aconteceria independentemente da pandemia. Na verdade, no final, tantas exceções foram abertas que era um teto cheio de goteiras. Demandava-se um novo marco, e o novo arcabouço fiscal foi votado por esta Casa agora em 2023.

O ponto de partida, como eu disse, é uma situação deficitária. Nós tivemos, nos últimos anos, uma trajetória de déficits primários, que, inclusive, são uma invenção brasileira. Todos os países no mundo trabalham com a necessidade de



financiamento do setor público, com déficit nominal, inclusive com as despesas financeiras, porque despesa é despesa — pode ser custeio, investimento, despesa financeira. Rombo nas contas públicas, se houver, tem que ser financiado. O superávit primário necessário para estabilizar a dívida do ponto de vista da IFI seria de cerca de 1,5% do PIB. Já se falou em mais. Agora, há certo consenso em torno da ideia de que, se obtivéssemos um superávit primário de 1,5%, conseguiríamos refinaranciar a dívida, rolar a dívida e estabilizar as expectativas.

O Governo depende de duas coisas para se financiar numa posição deficitária. Ele precisa de taxas atrativas que remunerem a avaliação do mercado, daqueles que têm poupança e estão dispostos a comprar títulos públicos. Então, há um preço que é imposto, um prêmio exigido pelos investidores — e a nossa taxa de juros real é muito alta. Mas isso não basta. Ele precisa também de confiança e credibilidade. É preciso um ambiente em que não se aposte na insustentabilidade da dívida. Então, é muito importante haver não só atratividade na venda dos títulos públicos, mas também um ambiente de confiança. Por isso a âncora fiscal é importante.

Não há dúvida — a nossa equipe econômica, nosso Secretário Paulo Bijos e o próprio PLOA 2024 explicitam isto — que nós transitamos de uma âncora fiscal focada no gasto, o teto de gastos, que, a partir do limite, não de expansão real, da despesa, forçava o gestor a fazer uma repriorização e a aumentar a produtividade dos recursos e a qualidade do gasto, para um modelo calcado principalmente na expansão das receitas. Então, houve uma migração.

Eu, quando Secretário de Planejamento e Orçamento de Minas Gerais, em 1995, fui um dos líderes do ajuste fiscal e concebo que um ajuste não pode ser unilateral. Ele tem que ter um pouco de despesa, um pouco de receita, um pouco de crescimento econômico, um pouco de privatização, para ajuste patrimonial do balanço do Governo. Não falo em vender geladeira para comprar comida, mas



vender ativos para rearranjar os grandes elementos de dívida no balanço patrimonial do setor público.

O novo marco fiscal, o novo regime fiscal, introduz a expansão de gastos, permite essa expansão, e ergue até um piso para investimentos. Então, ele tem uma postura menos restritiva, mas fixa uma meta de resultado primário, com gatilhos.

Portanto, o arcabouço aposta muito, e isso está expresso explicitamente no PLOA, no aumento de receitas. Há condicionados 168,5 bilhões de reais em despesas às receitas do pacote tributário que o Governo apresentou ao Congresso Nacional.

Quais são os problemas? É óbvio — eu tenho convicção — que a equipe econômica não imagina algumas despesas condicionadas. O direito dos Municípios e Estados à receita compartilhada é um direito constitucional, um recurso que só transita no Orçamento federal. Não se pensa, nem de longe, em não honrar essa despesa. Da mesma forma, ninguém imagina não honrar o pagamento do Bolsa Família ou dar algum tipo de calote na dívida pública, que tem ali uma parcela do serviço da dívida condicionada no PLOA.

Isso tudo depende da aprovação dos tributos que foram propostos sobre subvenções econômicas para investimentos, sobre fundos *offshore*, fundos exclusivos, depende de mudanças na tributação sobre as importações, de uma série de medidas. O problema é que isso depende de decisão parlamentar, e a polêmica e a discussão vão se instalar agora, neste exato momento. Então, não é líquido e certo que essas receitas vão se materializar.

Além da questão da aprovação parlamentar, há o problema de erosão da base de cálculo. É a famosa instrução para o Garrincha fazer a jogada: tem que combinar com os russos. Dos "russos" que têm dinheiro aplicado em alguns fundos, como vai ser a reação e a resposta? Haverá — já houve — certa erosão de base.



E haverá o problema da judicialização, que certamente derivará de algumas medidas. Mesmo que aprovadas no Congresso, eu não tenho dúvida, embora não seja um advogado tributarista, de que ensejarão judicialização.

O PLOA permite expansão de despesas, o que é coerente com um novo arcabouço, coloca um piso de investimentos, mas é totalmente dependente de um incremento de novas tributações, que estão ainda envoltas num mar de incertezas e interrogações. Caso se frustrasse essa receita necessária para fechar o Orçamento, não haverá outro caminho a não ser contingenciamento, corte de gastos, novas medidas a serem tomadas e, no limite, o descumprimento da meta, mesmo com a banda do resultado primário. Seria muito ruim para o novo arcabouço não perseguir a meta no seu primeiro ano de execução.

Esta seria a contribuição da Instituição Fiscal Independente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, nosso colega e amigo Marcus Pestana.

Sem sobra de dúvida, nessa tecla, acho que o Governo poderia contribuir muito para regularizar uma situação fundiária que há no Brasil de pessoas que têm investimentos consolidados em área de Marinha. No Nordeste, Deputado Mauro Benevides Filho, há as áreas do DNOCs que hoje já são áreas privadas e que são um patrimônio que poderia ajudar muito no reforço do caixa do próprio Governo.

Em vez de bater na tecla de aumentar impostos sucessivamente, o que, inclusive, tem difícil aprovação no Congresso Nacional hoje — e o tempo é exíguo para isso, pois nós já estamos em setembro, praticamente em outubro, e essas regras já têm que valer para o início do ano que vem —, o Governo poderia avançar regularizando essa situação. Falo tanto dos terrenos de Marinha, dos ditos terrenos de Marinha, que abrigam áreas, inclusive, de desenvolvimento econômico, como hotéis, pousadas, clubes e residências de padrão elevado —, como também da regularização das áreas de algumas instituições federais que



abrigam essas unidades, como é o caso do DNOCS, que não tem uma segurança para os seus proprietários que abrigam essas áreas. Eu acho que esse seria um avanço, dentro da linha do que o Marcus Pestana colocou, que poderia ajudar muito.

Passo a palavra agora ao Sr. Jeferson Bittencourt, ex-Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, que falará na modalidade remota.

O SR. JEFERSON BITTENCOURT - Bom dia a todos.

Gostaria de iniciar dizendo que é um prazer enorme estar aqui com vocês. Agradeço o convite desta nobre Comissão, que é tão importante para a atuação do Estado e que promove discussões tão qualificadas sobre o tema que é o mais fundamental e que representa a essência da atuação do Estado: o orçamento público. Quero dizer que é uma honra estar aqui compartilhando as minhas visões sobre essa nova arquitetura da política fiscal no País, com painelistas tão conhecedores do assunto e com Parlamentares tão destacados que compõem esta Comissão.

A primeira coisa que eu queria deixar claro é que dívidas públicas grandes, ainda que não tenham problema de insolvência, são danosas para o crescimento. Acho que uma preocupação que perpassa todos os Parlamentares, todos os economistas e toda a sociedade são as condições para um crescimento econômico. Dívidas públicas grandes tendem a ser danosas para o crescimento. Na mesma linha, há estudos consagrados que mostram que ajustes fiscais pelo lado da receita tendem a ter efeitos piores sobre crescimento e inflação do que ajustes fiscais do lado da despesa.

Não vou ser ingênuo aqui. Sempre achamos uma visão da literatura internacional que corrobora aquilo que estamos querendo passar. Mas, nesses dois pontos que eu destaquei, há discussões sobre qual é o limiar, qual é o nível de dívida a partir do qual uma dívida maior passa a prejudicar o crescimento mais do que proporcionalmente, ou seja, o nível de dívida a partir do qual um ponto percentual de dívida faz o crescimento cair mais do que um ponto percentual. Há



discussões sobre isso. A literatura não é consensual sobre isso. Há também discussões sobre a questão do lado que está sendo feito o ajuste, porque eventualmente cortar investimento público pode ser mais danoso do que aumentar a receita.

Portanto, apesar de eu ter destacado estes pontos — que dívida grande é prejudicial ao crescimento e que ajustes fiscais, pelo lado da receita, são piores para crescimento e inflação —, não há consenso sobre toda essa definição. Mas os poréns que eu coloquei — de que se cortar investimento pode ser pior do que aumentar a receita ou de depender do nível da dívida para haver um efeito mais danoso — infelizmente não se aplicam à nossa situação, porque a nossa dívida é inequivocamente maior do que a dívida dos nossos pares, dos países emergentes. Nós temos casos de países com dívida maior do que a nossa, como foi destacado aqui pelo Diretor-Geral da IFI, o Marcus Pestana. Temos Japão e Estados Unidos com dívida maior do que a nossa. Nós temos alguns países, poucos, bem menos, com dívidas mais caras do que a nossa, mas não há país que tenha, ao mesmo tempo, dívida mais cara e mais alta do que a nossa.

Portanto, se há um limiar a partir do qual é danoso ao crescimento, a nossa combinação (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Houve um problema na Internet.

Podemos dar sequência e depois voltar a ele para completar o tempo.

Vou passar então a palavra ao Ricardo Volpe, que está presencial. Em seguida, voltaremos para os que participam remotamente.

Nosso amigo Ricardo Volpe é Consultor da nossa Comissão de Orçamento.

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - Inicialmente, eu gostaria de agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - A Internet voltou.

Então, vamos deixar o Jeferson concluir.

Jeferson, está tudo bem aí?



O SR. JEFERSON BITTENCOURT - Da minha parte nunca esteve bloqueado. Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Pode. Houve um problema na Internet, mas vou repor seu tempo. Pode concluir.

O SR. JEFERSON BITTENCOURT - Muito obrigado.

O que eu vinha dizendo é que os poréns que se colocam sobre esses pontos não se aplicam a nós. Não há dúvida de que a nossa dívida é grande e cara e que isso drena o crescimento econômico. O incremento de despesa que nós estamos (*falha na transmissão*) dado que é importante o nível da dívida e que isso prejudica o crescimento, a velocidade em que nós fazemos o ajuste e colocamos essa dívida numa trajetória de queda importa.

E aí, socorrendo-me até de documentos oficiais, o Banco Central recentemente apontou quais são os fatores que, no entendimento dele, contribuem para que tenhamos uma taxa de juros mais elevada que a de outros países. Naturalmente, há fatores que nós não conhecemos e precisamos reconhecer isso. Nós não conseguimos explicar completamente por que a nossa taxa de juros é maior que a de outros países, mas nós conhecemos fatores que inequivocamente fazem com que a nossa taxa de juros seja mais alta que a de outros países.

Um deles, no qual eu não vou me aprofundar muito, porque não é exatamente o tema desta Comissão, é a taxa de recuperação de crédito. Enquanto a média mundial é de 36,9 centavos por dólar, recuperamos 18,2 centavos por dólar. Isso quer dizer o seguinte: se, em caso de *default*, eu recupero metade do que o mundo recupera do crédito, conseqüentemente, eu vou ter que ter uma taxa de juros maior para absorver essa perda. E outros dois fatores são a dívida pública elevada e a taxa de poupança baixa. Esses dois fatores fazem com que tenhamos uma taxa de juros mais alta.



Então, por que importa a velocidade do ajuste? Por que importa reduzir a dívida? Porque esses fatores fazem com que tenhamos uma taxa de juros mais alta e taxa de juros mais alta faz com que tenhamos um crescimento mais lento.

E aí vou partir para os comentários mais específicos sobre o arcabouço. Primeiro, eu gostaria de parabenizar o Congresso Nacional pelo trabalho de aprimoramento que fez da proposta trazida pelo Executivo, especialmente o Deputado Claudio Cajado, que fez valer o que era previsto na Emenda Constitucional nº 109: reforçou os compromissos com a sustentabilidade fiscal, vinculou a meta às trajetórias de dívida, forçou a necessidade de contingenciamento e impediu que despesas fossem excluídas da meta para fins de cumprimento. Esses são só alguns destaques de todas as melhorias que foram feitas no relatório pela mão do Deputado Claudio Cajado.

Volto agora à questão da velocidade de recuperação do resultado primário que ainda permanece no desenho do arcabouço. Por que eu estou tocando nisso? Porque é destacado que o arcabouço é, em si, um disciplinador da velocidade de crescimento da despesa e, numa segunda derivada, digamos assim, num segundo ponto, vem do arcabouço uma velocidade de recuperação do resultado fiscal. A velocidade intrínseca do arcabouço, a velocidade de melhora do resultado fiscal que emerge naturalmente do arcabouço, a partir desse crescimento da despesa de 70% do crescimento da receita, leva a uma melhora do resultado primário — alguma coisa ao redor de 0,15% do PIB ou 0,20% do PIB ao ano. Então, se todo ano a minha despesa crescer 70% do crescimento da receita, o meu resultado primário, considerando o nível atual de receitas e despesas, vai melhorar alguma coisa em torno de 0,15% ou 0,20% do PIB. Esse número tem uma referência muito clara. Vemos que, não acidentalmente, as expectativas de mercado sobre velocidade de melhora do resultado primário ano a ano estão na casa de 0,2%, 0,3% do PIB. É a velocidade que o mercado está prevendo de melhora do resultado primário. Ou seja, o mercado prevê que o resultado primário vai melhorar na velocidade intrínseca que emerge do arcabouço fiscal.



E aí o Governo, como foi destacado aqui, comprometeu-se a entregar uma velocidade de melhora do resultado primário mais rápida do que a do arcabouço. No final de março, o Governo apresentou uma trajetória de melhora do resultado primário que começaria com um déficit de 0,5% do PIB este ano e melhoraria 0,5% do PIB por ano até chegar a 2026 com superávit de 1% do PIB.

Mas, de novo, essa é uma velocidade de melhora do resultado primário que está no PLDO, não é uma velocidade de melhora que esteja necessariamente vinculada ao arcabouço fiscal, tanto que o último relatório bimestral do Tesouro traz uma projeção de déficit para este ano na casa de 1,5% do PIB. Se tomarmos essa previsão de 1,5% do PIB de déficit para 2023 e aplica a velocidade do arcabouço, demoraremos 10 anos para conseguir zerar o déficit. Na verdade, se olharmos as projeções do mercado, não está muito diferente disso. O mercado vê um pouco antes essa recuperação do resultado primário. Tanto o Focus como o Prisma Fiscal, que são sistemas de coletas de expectativas de mercado, veem um resultado primário sendo zerado em 2028. E o Tesouro Nacional, no seu relatório de projeções, tem como cenário base um cenário sem medidas e esse resultado primário sendo alcançado em 2029.

Nessa velocidade, de novo, como destacou o Diretor-Presidente da IFI, vamos ter a dívida crescendo necessariamente. E aí temos as projeções até 2032, com a dívida alcançando patamares próximos de 90%, que é algo incômodo, considerando aquele comentário inicial que eu fiz de que dívida grande prejudica o crescimento do País.

Então, como saímos da velocidade intrínseca de melhora do resultado primário para a velocidade de melhora do resultado primário das metas? Com recomposição de receitas. Muito é dito sobre o fato de que o arcabouço retirou o risco de um gasto explosivo. De fato, temos uma previsibilidade do crescimento da despesa, só que a partir de um patamar que foi influenciado pela PEC aprovada no final do ano passado, que elevou os gastos de maneira mais expressiva. E até



agora, inclusive pela projeção de déficit que estamos vendo, não encontramos as receitas para cobrir essa elevação de despesa.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Jeferson.

O SR. JEFERSON BITTENCOURT - Concluindo, Deputado, há um ponto que eu queria fixar.

Eu queria dizer que o mercado vê uma melhoria do resultado primário, mas ele não incorpora nas suas expectativas as medidas que estão sendo sinalizadas. Então, a melhoria de resultado primário que o mercado vê não é a melhoria de resultado primário das metas. E aí eu acho que há um ponto importante: há um distanciamento grande entre a trajetória da meta e as expectativas de mercado, mas não há um distanciamento grande entre a expectativa de velocidade de melhora do resultado e a expectativa que emerge do arcabouço fiscal. Em outras palavras, há um espaço para reversão de expectativa em relação à entrega da meta, ou seja, se a meta não for entregue... Há um espaço que o mercado está prevendo em que essa meta não vai ser entregue. Em compensação, não há um espaço em uma velocidade de melhora menor, mais lenta, do que a do arcabouço.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Jeferson, V.Sa. já estourou os dois prazos que eu lhe dei.

O SR. JEFERSON BITTENCOURT - Então, será minha última frase, Deputado. Desculpe-me.

Seria muito ruim rever a meta de resultado primário, mas há um espaço, nas expectativas de mercado. Seria muito pior rever a velocidade de crescimento da despesa, porque aí haveria uma grande reversão de expectativas de mercado, e não há espaço em relação ao que o mercado está vendo.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Jeferson.

Tem a palavra o Sr. Ricardo Volpe, o nosso Consultor de Orçamento.

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - De forma breve, eu gostaria de agradecer o convite feito pelo Deputado, pela Comissão Mista de Orçamento, para representar a Consultoria da Câmara dos Deputados.



Agradeço também ao Deputado Relator Claudio Cajado, que nos deu a honra de poder assessorá-lo e discutir os aprimoramentos que já foram citados por alguns colegas anteriormente.

Agradeço ainda à Mesa, aos Deputados presentes, aos demais consultores, jornalistas e pessoas da assessoria que estão presentes a esta reunião.

Eu vou colocar só algumas telas — a apresentação, para quem tiver interesse, vai ter alguns elementos adicionais — para falar um pouquinho do modelo. Acho que é importante conhecer um pouquinho o modelo que está por trás do regime fiscal sustentável.

(Segue-se exibição de imagens.)

O regime sustentável tem como parâmetro a estabilização da dívida. Dentro dessa estrutura que nós concebemos da Lei Complementar nº 200/2023, há os princípios, já no art. 1º, de que as metas fiscais da LDO devem estar ancoradas na sustentabilidade da dívida. Apesar de estarmos com déficit recorrente desde 2014 e projetado para 2023, zerando em 2024, o que está por trás de ter uma trajetória, saindo de um déficit, um pouco do que o Jefferson falou, de ter uma velocidade ao longo do tempo que nos permita equilibrar e tornar a dívida sustentável para evitar todos os efeitos que os demais colegas falaram em termos de taxas de juros, de inflação, etc.

Então, com esses resultados compatíveis, a LDO trouxe já essa previsão e também o próprio arcabouço, como já foi citado, de 0%; 0,5%; 1% até o final do Governo, com resultados crescentes. O que há de novidade nesse modelo que trouxemos no arcabouço fiscal? A busca de integrar as duas regras fiscais: o teto de gastos, que é esse limite de despesa, que vai dar esse ritmo de crescimento abaixo do crescimento da receita, e também essa regra que nós temos hoje dos resultados primários.

É por isso que houve o esforço na discussão dentro do Congresso de colocar o máximo de despesa dentro do teto, porque, a partir do momento em que ela é captada por resultado primário, eu vou elaborar um orçamento com coisas fugindo



do teto. Então, essa foi a lógica de buscar esses princípios que foram colocados aqui da neutralidade, que o Paulo Bijos colocou de forma bem precisa.

Um aprimoramento importante do nosso ponto de vista da discussão legislativa foi trazer as medidas de ajustes. Quer dizer, não basta eu fazer um déficit e continuar, por exemplo, aumentando as renúncias de receita. Se eu estou com o meu orçamento desequilibrado, no caso, 10 anos com desequilíbrio fiscal, estrutural, eu vou continuar tendo renúncias de receitas se o Governo está com um sinal de querer aumentar a receita ou pelo menos preservar a receita. Então, uma das medidas de ajuste é: se realmente eu não estou em condições fiscais, eu vou segurar a concessão de renúncias de receita. E também no caso de expansão de despesa obrigatória. Basicamente, as maiores despesas que nós temos são vinculadas ao salário mínimo e servidores. Então, há toda uma mecânica por trás dessa lei em cima de você, ao descumprir metas, poder acionar medidas e ajustes.

Agora, isso deixa de forma rígida o gestor? Eu me esqueci de falar que as medidas são em duas etapas. Se continuar por 2 anos e seguidas, acrescentam medidas adicionais. Isso foi baseado na lei complementar que fizemos, Deputado Relator, Deputado Mauro Benevides, do regime de recuperação fiscal dos Estados. Nós tentamos dar um gradualismo nas medidas e, ao mesmo tempo, permitir que o gestor pudesse trocar aquela medida de ajuste. Hoje o Estado, em regime de cooperação fiscal ou plano de equilíbrio fiscal, pode escolher as medidas que ele vai fazer. Então, cabe ao Presidente da República mandar medidas e falar: *"Eu quero promover, de repente, um aumento em uma despesa, mas eu vou compensar de outra maneira"*. Então, ele pode escolher, vamos chamar assim, ao longo do tempo, caso sejam acionados os gatilhos, como chamamos, as medidas e ajustes fiscais, quais que eu vou modelar, modular os efeitos em função de uma aprovação legislativa.

Houve o próprio aprimoramento do teto de gastos, que foi feito e citado aqui, que é o IPCA, mais um crescimento real, buscando, ao longo do tempo, essa



pequena economia que vai ser gerada, como o Jeferson comentou, de 0,2% do PIB, que também contribuiu.

E aquilo que o Deputado Mauro Benevides quer, entre outros aqui, é buscar ou preservar o investimento público. Então, há regras, na locação, de um valor mínimo para o piso de investimentos e também, o que é uma discussão desde a época da LRF dos anos 2000, caso obtenha uma meta de resultado primário superior àquela estabelecida, essa poupança adicional ir para os investimentos, porque é a válvula de ajuste em última instância do resultado primário. Então, há medidas, como citei, na contenção de crescimento da despesa, tanto obrigatória quanto nas renúncias de receita.

Na próxima tela, trago um pouquinho desses números. Dentro de um trabalho que fizemos bem no início do arcabouço fiscal foram simulados alguns cenários. Então, a linha que está em vermelho é a linha dentro do arcabouço fiscal, que você vai ter uma trajetória de queda. Só a partir de 2026 e 2027 é que ela vai se estabilizando. Então, se eu cumprir a meta fiscal dentro do centro da meta nos próximos anos, que seria 0% em 2024; 0,5%, 1% e assim por diante, com um crescimento para chegar próximo ao 1,5% do PIB, que seria o resultado primário requerido, que o Diretor Executivo da IFI comentou, o Pestana, nós teríamos esse efeito na dívida pública até 2032.

Caso eu cumpra a meta, mas num piso inferior, então, 0,25% abaixo, eu estaria na linha verde. Então, seria um ritmo paralelo um pouco mais lento. E, numa situação em que eu cumpra abaixo da meta, mas ainda tendo uma intervenção, vamos chamar assim, tendo controles e medidas, taxas de juros mais estáveis, eu vou estar na linha roxa, com uma crescente.

Se eu não fizer intervenção nenhuma, quer dizer, deixar no ritmo que estão as renúncias fiscais hoje, sem recomposição de receita e com essa despesa dada, que tem esse alto grau de rigidez, eu vou ter uma trajetória explosiva, que é a dívida insustentável.



Então, de alguma maneira, o arcabouço fiscal traz esse limitador, no caso, se eu não cumpro a meta, o ritmo de crescimento, em vez de 70% da receita cai para 50%, eu consigo modular essa trajetória explosiva da dívida que está representada na linha azul. Então, ele é um importante instrumento que hoje o gestor público tem e que permite você sincronizar uma meta fiscal com uma regra fiscal do resultado primário e, ao mesmo tempo, em casos de descumprimento dessa regra, eu tomar medidas de ajustes.

Para finalizar essa parte — a apresentação terá mais telas —, no PLOA, analisando um pouco a proposta orçamentária, aquilo que está por trás da LDO, dentro dessa regra que há pela correção do IPCA, que é 3,16%, mais esse crescimento real da despesa, que deu um aumento de 1,7%, que são 70% de 2,43%, que dá 1,7%, o crescimento, o fator de correção do teto de gastos para 2024 ficou em 4,9%. Então, o aumento que nós temos nos limites está dando próximo a 5%. E, se você pegar o Orçamento que está em vigor em 2023 e quanto vai vigorar em 2024, será de 5% o aumento do componente inflação mais o crescimento real.

Mas existem duas possibilidades de créditos que o arcabouço permitiu. Um é de forma permanente. Sempre que for verificado que a inflação do meado do ano é inferior à inflação anualizada, permite-se que o Governo abra um crédito e o incorpore no limite daquele ano. Isso porque, como comentei, boa parte das despesas são indexadas ao salário mínimo, que tem a inflação avaliada de forma anualizada.

Na discussão que nós fizemos com o Bijos, com o Ceron, com toda a equipe, nós falamos: *"Olha, então, nós vamos dar essa possibilidade para não haver a defasagem"*, vamos falar assim.

Então, esse crédito que o Governo incorporou via LDO, que é a discussão que o Deputado Claudio Cajado trouxe e que ainda está pendente de receitas também, aumenta o limite em torno de 32 bilhões de reais, a depender da inflação que vai ser apurada no final do exercício. Apurada a inflação, em janeiro, o



Governo vai poder abrir um crédito para poder acomodar essas despesas nesse espaço adicional, mas precisa da fonte, naturalmente, para se financiar isso.

Outro crédito é o que vai vir no segundo Relatório de Avaliação Bimestral. Nesse relatório, o Governo vai avaliar se realmente, naquele ano, está projetando um crescimento real que permita chegar a esta diferença. Ele alocou o crescimento real de 1,7% e pode chegar até 2,5%, que é o teto. O limite máximo de crescimento real da despesa, no arcabouço, é de 2,5%. Essa diferença de 0,8% vai permitir abrir um crédito em torno de 15 bilhões de reais. Também, até lá, a receita tem que estar crescendo de forma real para acomodar essa despesa.

Então, nós temos dois créditos ainda pendentes de aprovação legislativa, que é o que eu chamei de Crédito 1, ligado ao IPCA, em torno de 32 bilhões de reais, mais esse Crédito 2, diferença de crescimento real, em torno de 15 bilhões de reais, que dão 47 bilhões de reais.

Arredondando, são quase 50 bilhões de reais de orçamento, que é o espaço adicional que o Governo vai ter. Hoje ele tem um teto de 2 bilhões e 60 milhões de reais, mais 50 bilhões de reais. Ele vai ter um teto em torno de 2 bilhões e 100 milhões de reais.

Basicamente, essa seria a contribuição que eu trouxe. Há outras telas aqui na apresentação para quem tiver curiosidade de conhecer o modelo orçamentário.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - É impossível ficar otimista desse jeito, não é? Além dos 168 bilhões de reais, ainda vem mais essa conta aí, que vai dar 49 bilhões de reais.

Obrigado, Ricardo Volpe, nosso amigo que trabalha aqui conosco.

Agora eu passo a palavra à Dra. Ana Claudia Borges, que é da Consultoria de Orçamento do Senado.

A SRA. ANA CLAUDIA BORGES - Bom dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer ao Deputado Danilo Forte, Relator do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, pela oportunidade de participar desta audiência. Em nome da Consultoria de Orçamento, agradeço por



ter a honra de participar desta audiência pública que trata de um tema tão importante no cenário atual, político e econômico, do nosso País.

Cumprimento também o Deputado Claudio Cajado, Relator do projeto, e todos que participam desta Mesa discutindo esse assunto.

Eu vou falar bem rapidamente, tendo em vista que o assunto foi bastante explorado aqui pelos oradores anteriores, também tendo em vista que os Parlamentares que estão presentes gostariam de colocar sua opinião.

Eu gostaria de falar sobre três pontos importantes relacionados a toda a discussão que foi feita e ao modelo que foi aprovado. Inicialmente, em relação à questão teórica; depois, ao desenho, à estrutura, como as regras fiscais foram organizadas; e, por último, a alguns aspectos operacionais.

Como temos visto, não ficamos, nas metas fiscais, apenas na elaboração do Orçamento, quando chega aqui a proposta, e como as despesas foram, então, alocadas, mas, sim, depois, durante o ano, quando novas contingências aparecem, quando realmente vamos ver se aquele modelo proposto foi bem desenhado. Verificamos se, de alguma forma, ele realmente deu os instrumentos aos gestores da política fiscal para que as metas sejam cumpridas, porque, se de alguma forma se vislumbra que não vai dar ou que está muito difícil, rapidamente se busca uma nova solução e, às vezes, muda-se a regra.

Então, o próprio desenho precisa ser bastante bem-feito, para que dê os instrumentos necessários na hora da execução, para que tudo o que foi ali planejado, tudo o que se pretende com os objetivos de dívida, com os objetivos de arrecadação, prioridade de despesa realmente possa chegar a bom termo no final do ano.

Em relação à questão teórica, quero dizer que eu já participo, há muitos anos, das discussões aqui na CMO, como uma coadjuvante nas decisões. Eu estou aqui desde 1996, então, há bastante tempo. E eu acho muito importante frisar a evolução de todas essas regras que hoje se discutem, principalmente com relação ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque é ali que as regras



realmente são definidas e que se balizam as ações que vão ocorrer durante o exercício.

Podemos ver que a LRF chegou em 2000, e ela tratava de metas fiscais relacionadas ao resultado primário, e que houve todo um processo de aprendizado em relação a contingenciamentos, como essas regras deveriam ficar dentro da LDO para que o Congresso tivesse participação e como as prioridades do Congresso, na forma de emendas, poderiam ser cumpridas na hora da execução. Aqui havia uma discussão enorme sobre quais emendas seriam aprovadas, emendas individuais, de bancada, de Comissão, e, depois, a dificuldade de execução. E, ao longo do tempo, vieram novas regras, novos desenhos, para que todas essas prioridades fossem cumpridas.

Em 2000, falávamos só de resultado primário; em 2016, começamos a falar em teto de gastos. E aí, sim, na minha opinião, foi um grande acerto começar a falar de orçamento propriamente dito, porque o teto de gastos fala das dotações orçamentárias.

Até 2016, não havia qualquer custo ao Executivo de incluir novas dotações no Orçamento, porque, por meio do contingenciamento, se cumpria meta. Então, havia um excesso de autorizações que fazia com que o Orçamento passasse a impressão de que era apenas uma ficção, em que se cabia tudo, mas se fazia muito pouco.

Então, a partir de 2016, com o teto de gastos, aquelas despesas que são alocadas e que cabem no teto de gastos são, sim, as prioridades. Eu não sou partidária de quem fala que o Orçamento não tem prioridades. Não, são essas as prioridades. Por quê? Porque várias outras ficam de fora, várias outras iniciativas que os gestores gostariam de fazer dentro das políticas públicas. E aquele conjunto de decisões que ficam dentro do Orçamento são as prioridades.

Com o teto de gastos, além do contingenciamento, nós temos outro instrumento, que são os bloqueios. E o bloqueio é para quê? Porque só há aquela cesta de decisões que estão no Orçamento. Se precisar de uma nova cesta ou de



novas despesas, alguma coisa vai ter que sair. Assim fica muito clara a prioridade. Por exemplo, houve no ano passado a discussão sobre as bolsas. Quando pensaram que, para colocarem novas despesas, teriam que cortar bolsas, essa discussão de prioridades veio à tona.

Então, acho que é o maior ganho que se tem atualmente, com um desenho de regras fiscais, usando limites para ter um controle da dívida e, ao mesmo tempo, trazer o Orçamento para dentro da discussão, quais são as despesas que cabem no Orçamento, e essas, sim, são nossas prioridades, vamos tentar a qualquer custo executá-las. É isso que a sociedade quer, a partir de toda uma discussão que há aqui no Congresso durante 4 ou 5 meses em que o projeto aqui fica para ser emendado, discutido e analisado.

Eu acho que essas novas regras que foram aprovadas aqui dão, sim, os instrumentos necessários para os gestores, na figura do Secretário de Orçamento, o Paulo Bijos, e do Secretário do Tesouro, que falou anteriormente. Eles estão cientes dos desafios que vêm pela frente e propuseram, já agora, na forma como chegou, o Projeto de Lei Orçamentária. E, dentro de tudo o que foi discutido pelo Congresso Nacional, aprovado e que está na Lei Complementar 200, há, sim, um planejamento forte, regras fortes no País com vistas à sustentabilidade da dívida, com vistas a se colocarem prioridades, para que haja a execução do Orçamento próxima de tudo aquilo que foi definido no processo de discussão dentro do Congresso.

Essa é a minha participação e o meu testemunho, vamos dizer assim.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Dra. Ana Claudia.

Agora, com a palavra o Dr. Bráulio Borges, pesquisador da Fundação Getulio Vargas, que vai participar remotamente.

O SR. BRÁULIO BORGES - Boa tarde a todos.

Vocês me escutam? Eu gostaria de confirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Está o.k.



O SR. BRÁULIO BORGES - Obrigado. Agradeço o convite para poder participar hoje desta sessão da CMO.

Eu represento o FGV IBRE, *think tank* de economia aplicada em que eu e mais alguns colegas, como Manoel Pires, Samuel Pessôa, dentre outros, estamos participando dessas discussões do arcabouço fiscal e de outras discussões fiscais ativamente.

Eu queria trazer algumas contribuições. Para não ser muito repetitivo em relação ao que já foi dito aqui, eu elenquei alguns fatores que gostaria de abordar.

Primeiro, ouvimos um grande recado do ex-Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, quando disse, ao abrir a sessão de hoje — ele não colocou exatamente dessa maneira, mas eu gosto de resumir assim —, que não existe uma dicotomia entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social. As duas têm que andar juntas. A responsabilidade fiscal ou a sustentabilidade fiscal é uma condição necessária para um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. Então, temos que fugir um pouco disso que, muitas vezes, vemos sendo ecoado mais no campo político, ou seja, de que existe essa dicotomia. Precisamos, sim, de sustentabilidade fiscal como condição necessária para várias questões: reduzir o juro estrutural, viabilizar um orçamento plurianual que se consiga, de fato, executar, dentre outros aspectos favoráveis.

Dito isso, o Brasil vem, desde 2015, com a dívida pública subindo. Acho que, em relação a esse critério de sustentabilidade, tem toda aquela discussão sobre o nível da dívida, como o Jeferson Bittencourt colocou. Mas, independente do nível de dívida, enfim, há também a questão da trajetória. E o fato é que a dívida pública brasileira vem subindo desde 2015. Inclusive, após a aprovação do teto de gastos, ela subiu bastante de 2017 a 2019, antes da pandemia. A dívida líquida subiu quase 10 pontos percentuais do PIB.

A dívida, depois, deu um salto em 2020, por conta da pandemia; recuou em 2021 e ficou mais ou menos estável em 2022. Mas essa estabilização da dívida no ano passado — e mesmo a queda em 2021 — foi muito explicada pelo imposto



inflacionário. A inflação no Brasil e no mundo como um todo acelerou muito por várias razões. E isso ajudou a controlar a nossa dívida. O fato é que hoje estamos de novo em trajetória de aumento. Basta olhar as projeções para verificar que a dívida tende a subir de novo. E isso significa dizer o seguinte: precisamos de uma consolidação fiscal. Consolidação fiscal é o quê? Elevar o resultado primário.

Partimos de um déficit primário neste ano projetado para a faixa de menos 1,5% ou menos 1,4%, se pegarmos a projeção do Tesouro mais recente; ou menos 1%, se pegarmos o prisma fiscal mais recente. Então, partimos de menos 1% ou menos 1,5%, e precisamos chegar a uma faixa de mais 1% ou mais 1,5%, que é o primário requerido para estabilizar a dívida. Sustentabilidade fiscal requer que, pelo menos, estabilizemos a nossa dívida como proporção do PIB ao longo do tempo.

Podemos, eventualmente, discutir lá na frente a redução dessa dívida em proporção ao PIB. Mas, pelo menos, temos que tentar estabilizar essa dívida. E, para estabilizar, o resultado primário da União tem que chegar a essa faixa positiva de mais 1% a mais 1,5% o quanto antes. Enquanto tivermos obtendo resultados primários abaixo dessa faixa, a nossa dívida pública vai continuar subindo. Óbvio que há a questão do crescimento do PIB, que pode ajudar ou atrapalhar, assim como a questão da própria inflação. Mas o fato é que precisamos realmente de um superávit primário nessa parte de mais 1% a mais 1,5% do PIB o quanto antes para estabilizarmos a dívida.

Mas há várias maneiras de obter essa consolidação fiscal, ou seja, para sairmos de menos 1% para mais 1% ou mais 1,5% do PIB. Podemos fazer pela receita, podemos fazer pela despesa, podemos fazer combinando os dois. Quando olhamos para a experiência dos países ao longo dos últimos 40 anos a 50 anos, vemos que é mais ou menos meio a meio. A consolidação fiscal feita pelos países, ou seja, esse processo de elevar o resultado primário, geralmente é viabilizada com metade de medidas mais pelo lado da receita e metade das medidas mais pelo lado da despesa.



Só que a gente tem que lembrar que uma consolidação fiscal não para aí. Não basta elevar o resultado primário. Esse é um meio. O objetivo de uma consolidação fiscal, como eu já disse antes, é estabilizar a dívida como proporção do PIB ou, eventualmente, gerar queda ao longo do tempo.

Há outra literatura que tenta identificar quais são as consolidações fiscais mais bem-sucedidas, aquelas que de fato geraram aumento no resultado primário e geraram, algum tempo depois, estabilização e queda da dívida como proporção do PIB. De um modo geral, essa literatura de sucesso dos ajustes fiscais nos aponta algumas coisas interessantes e algumas coisas novas, como, por exemplo, de fato, ajustes fiscais mais pelo lado da despesa parecem ser mais bem-sucedidos do que os do lado da receita. No entanto, se você focar o corte da despesa em investimento público, você pode ter um ajuste fiscal contraproducente. Você eleva o primário, mas a sua dívida acaba subindo no final das contas. Pelo lado das receitas, também há várias gradações possíveis. Há trabalhos super-recentes mostrando que, quando você busca receitas por ampliação de base, seja no Imposto de Renda pessoa física, corporativo ou mesmo sob consulta, isso tem um efeito muito menos negativo sobre o PIB — e, portanto, com sucesso da consolidação fiscal — do que quando você aumenta alíquotas.

Então, na prática, há muitas gradações possíveis. Nesse sentido, não é só despesa, não é só receita, muito menos se deve tratar receitas e despesas com medidas uniformes. A forma importa.

Dito isso, vou entrar na discussão do arcabouço fiscal brasileiro, essa nova regra fiscal que foi introduzida, que foi apresentada no começo do ano para substituir o teto de gastos e agora foi recentemente aprovada. O arcabouço fiscal, como já foi dito aqui antes, tem uma nova regra de despesa que dá alguma previsibilidade para a evolução da despesa da União e, acoplada a isso — que não está no arcabouço, mas está nos PLDOs —, uma meta de resultado primário crescente para elevar o resultado primário de menos 1% a menos 1,5% neste ano



para perto de 1% positivo, em 2026. Eu falo perto porque existe aquela banda, que pode ser 0,75% ou 1,25%, em 2026, pois isso está dentro da meta que está sendo proposta.

Essa meta — se vocês lembrarem o que eu já disse aqui — de 1% de superávit está no limite inferior dessa banda de 1% a 1,5% do primário requerido para estabilizar a nossa dívida. Então, parece ser um ponto final coerente essa escolha de meta. Eu, particularmente, escolheria algo mais próximo de 1,5% para ter alguma margem de manobra e, eventualmente, gerar queda da dívida, e não simplesmente estabilizá-la. Mas 1% de superávit, em 2026, parece ser algo razoável.

Agora, essa meta precisa ser cumprida. O arcabouço fiscal tem mecanismos de *enforcement*, se as regras de gastos não forem cumpridas. Mas, como o próprio Jeferson citou aqui antes, sozinha, a regra fiscal de despesa não leva o superávit primário para mais 1% em 2026. A gente precisa de muitas medidas pelo lado das receitas para viabilizar essas metas. Inclusive, isso ficou explícito no PLOA do ano que vem, que demonstra que precisamos de mais ou menos 170 bilhões de reais de novas medidas, sendo que 123 bilhões, mais ou menos, se transformam efetivamente em... No pacote proposto, desses quase 170 bilhões, mais ou menos 120 bilhões ou 125 bilhões, de fato, se revertem em receitas líquidas para a União, e o restante vai ser partilhado com Estados e Municípios. Os Estados e Municípios, via FPE e FPM, vão acabar ganhando um pouco, porque a gente sabe que há a partilha federativa de alguns tipos de tributos.

Portanto, o pacote que está sendo proposto, no valor de 170 bilhões, é necessário para chegarmos à meta de superávit do que vem, mas a gente ainda precisa de mais medidas, em 2024 e em 2025, para chegarmos à meta de superávit primário em 2026.

A minha impressão é a seguinte, já trazendo outra discussão que surgiu aqui: as projeções de consenso do mercado continuam muito céticas com relação ao cumprimento dessas metas de resultado primário daqui até 2026. Se olharmos



o *Focus* do Banco Central e o *Prisma*, nas edições mais recentes, veremos que o mercado projeta déficits primários para o ano que vem e também para 2026 e 2027. Em 2026, a gente teria um déficit primário de 0,2% do PIB. Então, ou o mercado acha que as medidas que o Governo está buscando pelo lado da receita não serão aprovadas; ou acha que essas medidas têm uma potência, vamos dizer assim, em termos de geração de receita, muito menor do que aquelas que o Governo vem apresentando.

Nesse sentido, há essa divergência clara hoje: as metas me parecem bem calibradas — refiro-me às metas de resultado primário. Como eu já disse aqui, eu colocaria um pouquinho mais e talvez um pouco mais rápido. Mas existe uma incoerência muito grande entre as projeções de mercado e o que o Governo está sinalizando. E eu acho que o Governo deveria cumprir essas metas, porque isso pode gerar um círculo virtuoso daqui em diante.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Bráulio Borges.

Recomendo à assessoria da Comissão de Mista de Orçamento que, na próxima audiência pública, convide no máximo quatro ou cinco expositores, para não tolhermos muito o debate.

Nós temos uma lista de inscrição com quatro Deputados, mas um deles já saiu da reunião, que foi o Deputado Carlos Zarattini.

Convido a fazer uso da palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Danilo Forte, nosso Relator. Saúdo todos os integrantes da Mesa, os painelistas que já se apresentaram e os colegas Deputados aqui presentes.

O nosso tempo é de 3 minutos. Eu fiquei até o final porque eu queria registrar um aspecto que me parece precisa ser colocado. A ênfase maior de todas as falas aqui foi sobre a preocupação fiscal. Quando se votou o teto de gastos, em 2016 — acho que foi a primeira medida adotada pelo Temer, à época,



quando foi retirada a Dilma —, dizia-se que o Governo anterior era irresponsável e havia gastança. Todos esses argumentos e discursos que foram usados.

Bom, o anúncio feito foi o seguinte: *"Vai ter teto de gastos, vai crescer a economia, vai ter atração de investimentos do exterior, vai ter equilíbrio..."*. Nada disso aconteceu. Nada. Então, onde está o teto de gastos na questão fiscal?

Nós precisamos colocar, uma vez na vida, lado a lado, a questão fiscal e a social. Eu fiquei preocupado, hoje de manhã, porque só se falou de ajuste fiscal. O povo está pobre; o povo está desempregado; as indústrias foram embora; não geraram emprego.

Para onde nós estamos olhando agora? A questão da economia não é só um fator. É preciso haver crescimento da economia, para colocar salário na vida do povo, promover consumo e fazer com que as pessoas possam se aposentar e possam viver, porque daí o comércio vai vender, daí a indústria vai produzir, daí nós vamos trabalhar a ciência e tecnologia. Esse desenvolvimento é que tem que acontecer. E aí vai haver recursos. Caso contrário, não haverá recursos.

Esta é a primeira observação que quero fazer: a preocupação deve ser fiscal e social, para haver desenvolvimento econômico com qualidade.

Segundo aspecto: esta Casa aqui aprova renúncias fiscais para as empresas, mas depois cobra do Governo responsabilidade e equilíbrio. Bom, agora acho que vão 30 bilhões, depois serão 20 bilhões para os Municípios, por causa das renúncias. Ora, esta Casa vota renúncia, mas exige do Governo equilíbrio... E a Casa não quer votar os projetos que o Governo está apresentando para, uma vez na vida, termos justiça tributária no País. Então, isso é uma contradição desta Casa: damos isenções, exigimos equilíbrio e não votamos o que o Governo apresenta para que haja justiça tributária, por exemplo: retomada do voto qualificado do CARF — houve gente que questionou —; transações tributárias; a questão dos fundos de investimento fechados; as *offshores*; apostas esportivas; uma tributação mais simplificada. Nós tivemos resistência em alguns setores. E exatamente os setores que exigem discurso fiscalista querem aumentar



as isenções, cobram responsabilidade do Governo e não querem aprovar as medidas que fazem justiça tributária. Aí não há como equilibrar as contas!

Então, temos o PAC agora. E eu tenho muita esperança, sim, que possamos ter equilíbrio fiscal caminhando com o equilíbrio social. As medidas estão mostrando aqui...

Eu acho que nós temos que debater, sim. Por isso, é importante a audiência pública, para podermos colocar esses elementos. Se, ao longo desses anos, só tínhamos o discurso fiscal, e só aumentava o déficit; agora, temos um discurso fiscal e social e, já no primeiro ano, querem que haja empate, zero a zero?!

Eu não sou adepto a essa tese. Acho que temos que trabalhar para isso, mas esse não deve ser o nosso mote. O nosso mote é fazer com que o Brasil possa crescer, que possamos diminuir esse déficit e que possamos ter desenvolvimento, com as duas responsabilidades.

Era apenas esse registro que eu precisava fazer.

Desculpem-me, mas fiquei até o fim do meu tempo. Estou, realmente, no meu limite, mas eu queria registrar isso com essa responsabilidade.

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

Esse é o nosso sentimento, mas quem estipulou a meta foi o próprio Governo.

Tem a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Sr. Presidente, Deputado Danilo Forte, eu quero dizer publicamente aqui — Paulo, Ricardo, Ana Claudia, Marcus e Walbinson — que, quando eu era pequeno, o Deputado Danilo Forte já era grande referência de liderança lá no meu Estado e tudo mais. Portanto, quero aproveitar este momento para fazer esse registro.

Mas vamos lá! O Brasil tem um problema de modelo errado. Aqui na Câmara, no Ministério da Fazenda, no Ministério Planejamento, só se discute



despesa primária. Aqui é regra de ouro, é Lei de Responsabilidade Fiscal, é Lei nº 4.320, Emenda Constitucional nº 109. O mercado financeiro não deixa o Congresso Nacional, nem o Ministério, nem o Governo discutir despesa financeira. Não existe na história brasileira, desde que se implantou resultado primário, metas de inflação e câmbio flutuante, não existe resultado primário que pague juros. A dívida é crescente, permanentemente, ao longo dos anos. Parece que as pessoas fecham os olhos para não ver isso. E tome corte! E tome corte!

Agora, na parte da despesa financeira, Deputado Danilo Forte, parece que o Congresso tem medo, o Ministério tem medo! O sistema financeiro, com quem eu tenho conversado muito, dizem que proíbem o Congresso e o Ministério da Fazenda discutirem isso. *"Discutam lá o primário, se vai ser zero, se vai ser menos 1%."* Isso é irrelevante! Digo isso porque, mesmo que se gere 30 bilhões de superávit, 40 bilhões de superávit, nós vamos pagar 680 bilhões de juros! Então, isso é irrelevante. Ou discutimos uma maneira de como isso poderá ser feito...

Quanto ao arcabouço, diz-se: *"Olha, nós vamos fazer políticas públicas que deem sustentabilidade à dívida pública"*. Qual é o nível sustentável? A LDO vai dizer que é 74, 78 e 77. Sim. Qual é o nível sustentável? É proibido que o Congresso diga isso. Eu preciso saber se eu estou caminhando para sustentabilidade ou não. O arcabouço é todo baseado nisso, e é proibido que o Congresso diga qual é.

Então, eu vou fazer uma proposta na LDO e queria a aquiescência de V.Exa. para isso. Hoje, na despesa primária, eu limito 20% de acréscimo por decreto. Aliás, no Orçamento, o Ministério do Planejamento — estão vendo que eu estou deixando o Paulo Bijos de lado, pois estou falando do Ministério como um todo — está aumentando para 30% essa suplementação por decreto — e estou limitando, para se fazer por decreto. Porém, quanto à despesa financeira, Deputado Danilo, o céu é o limite!

Eu estou querendo propor que coloquemos uma regra: se é 30% para primária, vamos colocar 35%, 40% para juros, pelo menos para dar transparência,



para a população brasileira conhecer quanto é que nós estamos pagando de juros. Nós vamos investir 218 bilhões de reais em saúde e vamos gastar 680 bilhões de reais com juros. Alguém precisa tomar conhecimento disso.

O modelo está errado! Ou, se mudamos alguma coisa, esse número cresce e cai; cresce e cai.

Segundo ponto: não existe piso de investimento. Quero ponderar, meu amigo Paulo Bijos e Ricardo, que me ensinou tantas coisas, que não existe piso. Piso é somente para LOA. Se, em algum momento, ele precisar ser contingenciado, ele será contingenciado. É uma falácia o que estão dizendo.

Eu fiz uma emenda — e o Deputado Cajado, brilhante como é, absorveu-a no seu relatório —, que é exatamente o § 3º do art. 7º, na qual digo somente isto: se precisar contingenciar, poderá — poderá! — o Governo Federal fazer essa limitação na mesma proporção da despesa primária. E propuseram veto! Ou seja, esse é o mesmo erro do teto de gastos. A variável de ajuste do teto de gastos foi que, se crescesse despesa obrigatória, para se manter o teto do gasto, cortariam investimento. Veio de 100 bilhões de reais para 22... Nós estamos cometendo o mesmo erro, Deputado, igualzinho. Na hora em que o Governo quiser cortar investimento, ele cortará o investimento, porque o veto foi feito, e ele poderá cortar 100%.

Portanto, meu caro companheiro e colega Deputado Marcus Pestana, não há piso. Se assim for a decisão, piso é somente para PLOA e para LOA, é "para inglês ver" — aliás, desculpe-me, para brasileiro ver.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - É... Seria mais ágil. Então, isso é importante.

Terceiro ponto — e já estou terminando —, o Jeferson disse que a dívida é muito alta e muito cara, e é mesmo. O Brasil tem a maior taxa de juro real do mundo! O Presidente do Banco Central me chamou, e eu, com a minha equipe, fui lá conversar com ele e pedi: "*Dê-me o modelo*". Eu rodei o modelo lá no Ceará —



vocês sabem — lá na UFC. A minha taxa de juro deu 11,25% — a taxa de equilíbrio, a que faz a convergência para a meta. E eu pedi que ele me desse os parâmetros dele para eu rodar e até brinquei com ele, senhores e senhora da Mesa, quando falei: *"Presidente Roberto, já pensou um Deputado de oposição falar que o senhor está certo no seu cálculo?"* Ele disse: *"Você está querendo os meus coeficientes"*. Ele não me dá isso! Não existe essa transparência. Não há essa necessidade.

Portanto, quanto ao resultado primário, será um esforço enorme que esta Casa vai fazer, que os assessores vão fazer, mas isso vai me gerar 50 bilhões de reais de superávit, enquanto vou pagar 600 bilhões de reais! Será possível que ninguém vê?! Quarto e último ponto. Eu fui Relator do Regime de Recuperação Fiscal, brilhantemente assessorado pelo Volpe e por toda a equipe que esteve comigo naquela época. Eles propuseram 12 anos — e com muita luta! Obviamente, o Tesouro estava me bancando. Nós reduzimos para 9 anos, com 1 ano de carência. Mas estou sabendo, meu caro companheiro e amigo Paulo Bijos, que o Rio de Janeiro já está negociando com o Tesouro para voltar para 12 anos. Ele pediu 15 anos. Eu me desgastei, achei que estava fazendo demais, cortei de 12 para 9 anos, e dois Governadores ficaram com raiva de mim. Isso foi recentemente, foi a Lei Complementar nº 178, de 2021. Agora vai chegar a esta Casa para aumentar para 12...

O que é o RRF, para quem está nos assistindo? É a União pagar as dívidas dos Estados brasileiros, sobretudo do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. E está tudo bem, está tudo lindo...

Aí nós vamos aumentar a despesa, Deputado Danilo, em mais 100 bilhões de reais, e ninguém diz nada... Está tudo lindo, maravilhoso.

Tem alguma coisa errada no Brasil. Enquanto ficarmos discutindo só a despesa primária, ninguém vai encontrar essa solução, que eu acho extremamente relevante.

Obrigado a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Deputado Mauro Benevides Filho, isso é porque você é muito jovem. Tem muita coisa errada. Essa questão do subsídio da Medida Provisória nº 1.185, de 2023, também precisa ser discutida. Querem acabar com o subsídio do Norte e do Nordeste e manter o subsídio do Sudeste e do Sul, onde a indústria petrolífera, que é a indústria que mais tem rentabilidade no mundo, tem isenção de impostos no pré-sal, votada por nós.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Dos 486 bilhões de reais de despesa tributária, 69% são no Sul e no Sudeste. É só ver a distribuição.

Então, tem alguma coisa que precisa ser corrigida, e eu vou aprendendo sempre com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Muito bem.

Depois que você se revelou de oposição pela primeira vez na vida, eu fico muito feliz.

Com a palavra o Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) - Sr. Presidente, senhores e senhora da Mesa, a minha fala é simples.

Primeiro é o seguinte, caro Prof. Mauro Benevides: não vemos resistência nesta Casa para se tratar questão tributária para pobre trabalhador. Eu fiz parte do grupo de trabalho da reforma tributária, juntamente com o Deputado Mauro, que está aqui ao meu lado. Nós não vimos ninguém discutir a situação do pobre e do trabalhador. Mas todos os outros setores estavam representados e tinham dificuldades.

Eu não discordo, Prof. Marcus, de se tributar o que o Governo está propondo. Até quando a classe trabalhadora e os pobres deste País vão ter que garantir a receita tributária deste País? Até quando?

A segunda questão — e o Deputado Mauro colocou muito bem — é essa questão dos juros. Deputado Danilo, ou melhoramos as premissas do Banco Central, ou o Brasil todo vai trabalhar para atender a Faria Lima. Essa é que é a



grande realidade. Como o Deputado Mauro colocou, não há preocupação e não há discussão sobre essa questão do custo da dívida, nem da dívida em si, lembrando que, quando esta Casa votou a política de juros, relatada por V.Exa., Deputado Danilo, com a redução de tributos dos derivados de petróleo, de energia e de comunicação, nós tivemos a queda da inflação. A inflação se mostrou resistente a essa política da alta de juros. Esse remédio, como citaram, não foi a solução dos problemas. Ela caiu de 2 dígitos para 1 dígito quando esta Casa votou e o Senado confirmou essa votação.

Por isso, eu quero parabenizar V.Exa. pela realização destas audiências públicas, no sentido de que este Parlamento, como esta Comissão, tem que discutir soluções em relação a isso. Enquanto ficarmos discutindo redução de gasto e de investimento, Paulo, para a saúde, para a educação e para a infraestrutura, não teremos discussão nenhuma sobre o custo e o volume da dívida, que nunca reduz — diga-se de passagem.

Pode haver crise financeira e recessão neste País, mas nunca vi — e sou mais novo do que Prof. Mauro; não sou um jovem, mas sou mais novo do que ele — banco não ter lucro neste País.

Então, entendo que já passou da hora de discutirmos essa questão e apontarmos soluções, para que possamos corrigir distorções num País tão desigual. Como foi dito aqui por uma apresentação de alguém que estava na Internet, nós não temos esse conjunto, qual seja o de termos este volume de comprometimento com o custo da dívida. E isso é verdadeiro. Não é aceitável que, em um país pobre como o Brasil, Deputado Mauro, chegarmos à casa de 700 bilhões de pagamento de dívida. Isso é inaceitável. Enquanto isso, milhares de brasileiros sequer têm acesso a uma refeição por dia.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Deputado Sidney Leite. Obrigado a todos os Deputados e Deputadas que participaram desta



audiência, assim como agradeço às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que participaram virtualmente desta audiência.

Senhoras e senhores palestrantes, para nós, é uma satisfação muito grande poder fazer o debate. Acho que o debate é essência da democracia. Aqui os questionamentos foram feitos. É uniforme que a Câmara dos Deputados não tem simpatia por essa política de aumento de impostos. Muito pelo contrário, acho que é muito mais simpática a preocupação de dar consistência ao orçamento a partir da priorização e da interlocução real da capacidade de endividamento do Brasil e a contribuição que o povo brasileiro pode dar neste momento de crise, que exige também um esforço por parte do mercado financeiro dentro dessa compreensão.

Por outro lado, também queremos fazer uma Lei de Diretrizes Orçamentárias a mais próxima possível da realidade. Eu fiquei muito preocupado com a explanação do Volpe, quando ele colocou que, além dos 168 bilhões — em razão dos quais já estamos, por meio de uma engenharia criativa, tentando buscar embasamento para o ano que vem —, ainda tem um novo projeto de complementação orçamentária já previsto para o ano que vem — e, portanto, já serão dois. Isso é o que traz insegurança e falta de credibilidade para, inclusive, alcançarmos êxito na redução da taxa de juros, estipulada muito em função da segurança que o País apresenta. Mas o Brasil, ao longo da sua história, foi sempre bom pagador. Pode-se buscar os parâmetros pelos quais o Brasil tem procurado cumprir suas obrigações.

Agora, em primeiro lugar está o povo brasileiro. E é exatamente por isso que também estamos querendo inovar. E quero aqui, mais uma vez, lembrar que, pela primeira vez na história, vamos ter uma política integrada de apoio às crianças com deficiência. Já foi criada, inclusive, uma rubrica no orçamento, que já está no PLOA deste ano e veio com 156 milhões. Será, ainda, aberta a oportunidade para que os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas possam, inclusive, incluir suas emendas, não só emendas individuais, mas emendas de bancada e de Comissão nessa rubrica, que vai ser muito importante para atender 18,2 milhões de



brasileiros que não têm assistência do nosso Estado, não têm acompanhamento devido e que precisam de um abrigo onde sejam tratados com dignidade.

Acho que essa é a inovação social que vamos fazer no orçamento do Brasil. Espero contar com o apoio de todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados, assim como das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores.

Também vamos ter que votar o relatório preliminar, para dar andamento. Haverá, inclusive, espaço para recebermos as emendas. Já notei que o Deputado Mauro Benevides e o Deputado Sidney Leite querem contribuir muito, inclusive com apresentação de emendas inovadoras e revolucionárias na elaboração do orçamento do Brasil. Portanto, temos que abrir esse prazo e, para tanto, precisamos da votação do relatório preliminar.

Então, vou combinar com Presidenta Daniela, que não pôde estar presente hoje em razão de evento no Estado da Paraíba, mas já vamos combinar a data para a aprovação do relatório preliminar e abertura do período das emendas Parlamentares. As emendas já serão destinadas ao relatório final.

Muito obrigado a todos. Boa tarde. E que Deus nos abençoe!

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Presidente, vamos apenas ouvir o Paulo em relação ao corte dos investimentos — se ele quiser. E poderíamos ouvir o Ricardo também.

O SR. PAULO BIJOS - Perfeito.

Obrigado, Deputado, pela oportunidade de trazer alguns esclarecimentos adicionais. Em primeiro lugar, acho que a presença do piso de investimentos no PLOA e na Lei Orçamentária Anual já é um avanço no sentido de olhar com mais atenção e carinho uma rubrica que é tão cara para uma agenda de reconstrução e desenvolvimento nacional, em prol do crescimento econômico.

Nós estávamos, à época de confecção desse novo modelo, plenamente cômicos de que o País vinha operando em níveis muito deprimidos de investimentos públicos. Então, esse avanço foi uma conquista. E estendo aqui as congratulações a todos que empunharam essa bandeira.



A questão, agora, é mais técnica, no sentido de considerar que, pela natureza, não há um prejuízo para a rubrica específica de investimentos. Como a natureza da despesa é discricionária, há somente esse fato de que as despesas discricionárias como um todo, sejam elas de custeio ou de investimentos, são passíveis de contingenciamento, a depender dos relatórios apurados bimestralmente. Minha observação é mais sobre essa questão de que a natureza da despesa é discricionária e, portanto, continua passível de contingenciamento.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Para fazer uma tréplica, muito rapidamente, Presidente Danilo, quero dizer que não estou negando, na emenda, a possibilidade de corte, não. Pode-se cortar, só que a nossa proposta é no sentido de se cortar na proporção da despesa discricionária. Pode-se cortar. O veto significa que se pode cortar tudo. Era só essa a minha preocupação.

O SR. PAULO BIJOS - Apenas para fazer um complemento nesse sentido — e peço perdão por não ter ido ao ponto específico do veto —, devo esclarecer que a questão considerada foi a de que essa continua sendo uma faculdade do gestor público. Na hora de realizar o contingenciamento, o gestor poderá ter essa sensibilidade de fazer um contingenciamento proporcional ou não, a depender das circunstâncias. Se for identificado, por exemplo, que determinado nível de custeio também deve ser preservado, essa será a razão pela qual a proporção não poderá ser exatamente a mesma.

Como há incerteza quanto a isso, reputou-se mais seguro ter essa flexibilidade. Mas eu compreendo totalmente a preocupação de V.Exa.

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - Eu gostaria de complementar, Bijos. Deputado, depois vou passar a nota técnica a V.Exa., mas, realmente, temos uma rigidez adicional que, muitas vezes, não é considerada no orçamento. Dentro dessa despesa discricionária, o Governo ainda tem a quase 60 bilhões para cumprir os pisos da saúde e da educação, que é uma despesa discricionária que



está dentro dos mínimos. Então, não há como os órgãos funcionarem sem esse custeio — vamos chamar assim — ligado ao piso da saúde e da educação.

Adicionalmente, há mais quase 60 bilhões de reais, que é o custeio da máquina pública: energia, contratos, combustível, tudo o que se imaginar. Nisso, o montante já chegou a 120 bilhões.

Quando se fala para a proporção ser a mesma no custeio e no investimento, quando se retira isso, na realidade, o que sobra de disponível que o Governo tem na capacidade de manejo de corte, infelizmente, não chega a 15 bilhões de reais.

O espaço de corte que o Governo tem hoje, com a rigidez orçamentária que temos, é muito restrito.

Então, se garantir todo o investimento, sobriam 15 bilhões. Se o corte for na mesma proporção, dependendo o caso do custeio, será quase 70% — e daí seria inviável.

É complicado. A conta não é tão simples. Mas nós entendemos... *(Risos.)*

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Tudo bem, mas aí você vai exercer a sua prioridade como gestor: é melhor aumentar o custeio, ou é melhor deixar pelo menos parte do investimento? Essa é a decisão errada do Brasil. Variável de ajuste no Brasil, salvo melhor juízo, também é cortar investimento.

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - No momento, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Não tenho dúvida com relação a isso, Deputado Mauro Benevides Filho.

Eu agradeço a todos.

Vamos conduzir os nossos trabalhos, para que possamos fazer o melhor relatório e apresentar uma melhor e mais consistente Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Obrigado a todos.

Boa tarde.